

Cap. QOPM JOSÉ OSMAR NOVACH

**CAPACITAÇÃO CONTINUADA DOS POLICIAIS MILITARES POR MEIO DO
ENSINO À DISTÂNCIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado por exigência curricular do Curso de Especialização Em Planejamento em Segurança Pública em convênio com a Universidade Federal do Paraná, para obtenção do título de especialista em Planejamento em Segurança Pública.

Orientadora Metodológica: Professora Dra. Sônia Breda

Orientador de Conteúdo: Cap. QOPM Marcelo Toniolo de Oliveira

**SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
2011**

RESUMO

Destaca o estudo bibliográfico sobre o ensino à distância como um instrumento de ensino viável a ser utilizada pela PMPR na manutenção da instrução dos policiais militares, auxiliando a padronizar o ensino na instituição não importando o local onde se encontra o efetivo. Essa modalidade de ensino ajudará a ultrapassar as barreiras do tempo e espaço, assim democratizando o ensino e reduzindo as despesas com transporte e hospedagem que existe no modelo atual de aprendizagem. A modalidade de ensino à distância pode se realizar como uma forma complementar na busca de conhecimento, trabalhando em paralelo e como continuidade do curso de formação dos Policiais Militares do Paraná que de forma correta é essencialmente presencial. Todavia, após esse curso de formação inicial, o policial militar precisa manter uma permanente formação no decorrer da profissão, onde se encaixa o ensino à distância.

Palavras-chave: Policial Militar do Paraná. Ensino à Distância. Aquisição de Conhecimento. Formação Permanente.

ABSTRACT

Study highlights the literature on distance learning as a viable teaching tool to be used by maintenance PMPR education of police officers, helping to standardize the teaching at the institution regardless of the location of the actual. This type of education will help overcome the barriers of time and space, thus democratizing education and reducing transportation costs and accommodation that exists in the current model of learning. The modality of distance learning can be realized as a complementary way in the pursuit of knowledge, working in parallel and as a continuation of the training course of the Military Police of Paraná, which is essentially correctly face. However, after this initial training course, the police need to keep a permanent military training during the occupation, which fits the distance learning.

Keywords: Military Police of Paraná. Distance Learning. Knowledge Acquisition. Continuing Education.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 6 |
| 1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA..... | 7 |
| 1.2 JUSTIFICATIVA | 9 |
| 2 OBJETIVOS DO ESTUDO | 10 |
| 2.1 OBJETIVO GERAL | 10 |
| 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 10 |
| 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 11 |
| 3.1 A INSTRUÇÃO NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ E O ENSINO | 11 |
| 3.1.1 Instrução na PMPR | 12 |
| 3.1.2 O conteúdo da instrução | 13 |
| 3.1.3 A Instrução dentro do Planejamento da PMPR | 16 |
| 3.2 O ENSINO À DISTÂNCIA | 19 |
| 3.2.1 Suas possíveis origens..... | 21 |
| 3.2.2 Elementos e características do ensino à distância | 26 |
| 3.2.3 O ensino à distância na Senasp | 29 |
| 3.3 POLÍCIA MILITAR E A ATUALIDADE DINÂMICA | 35 |
| 3.3.1 Exigência da constante atualização dos policiais militares..... | 40 |
| 3.3.2 Necessidade de uso do novo instrumento de ensino | 45 |
| 4 METODOLOGIA | 58 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 59 |
| REFERÊNCIAS | 62 |

INTRODUÇÃO

A globalização trouxe grandes avanços em todos os setores da sociedade, promovendo descobertas fantásticas quanto ao ser humano e sua saúde, assim como no campo da tecnologia que surpreende a cada dia. Todavia, com esses avanços, com essas novas tecnologias, a sociedade ganha também uma enxurrada de informações as quais se modificam numa velocidade assombrosa.

Nesse caminhar, a sociedade acaba exigindo uma constante busca de conhecimento, atualizações, aperfeiçoamento, de todos os indivíduos e de todas as áreas, inclusive na segurança pública, para que só assim possam acompanhar o desenvolvimento pelo qual o mundo passa.

A nova atualidade contemporânea, que leva a essa busca por conhecimento em sentido amplo, também traz algumas dificuldades tendo em vista as barreiras geográficas e ao pouco tempo que a sociedade, de um modo geral, tem hoje em dia disponível para promover seu crescimento intelectual e sócio/cultural.

Esses apontamentos refletem na procura por novos instrumentos, como o ensino à distância, que com qualidade e eficiência acabam quebrando essas barreiras impostas pelo mundo tecnológico e competitivo. É neste foco de desenvolvimento, tecnologia, conhecimento, que se dará o presente trabalho de conclusão de curso o qual passará por três capítulos relevantes.

No primeiro capítulo será explicado de forma sucinta quanto a Instrução na Polícia Militar do Paraná relativamente ao ensino do efetivo, passando por uma abordagem de seus objetivos, conteúdos e diretrizes de planejamento da PMPR, mostrando o modelo de instrução que vem sendo adotado.

No decorrer, far-se-á uma explanação explicativa a respeito da nova tecnologia que é o ensino à distância, sua realidade atual e alguns conceitos, assim como um breve histórico de suas possíveis origens, envolvendo as gerações de seu desenvolvimento. Ainda demonstrar-se-ão no mesmo capítulo os elementos e características que fundamentam o ensino à distância.

Posteriormente, no terceiro e último capítulo se fará uma explanação sobre a Polícia Militar do Paraná e sua atualidade dinâmica, demonstrando as exigências que a sociedade global impõe aos integrantes da PMPR, em que seu atuar diário se deparam constantemente com situações novas, o que faz aflorar a necessidade

constante pela busca do conhecimento, seja na modalidade atualização, seja na modalidade aperfeiçoamento, dentre outras.

Ainda se demonstrará que existe a possibilidade de utilização de um novo modelo de ensino utilizando as ferramentas da Educação à Distância, tendo em vista que após os cursos de formação os policiais militares do Paraná necessitam ter uma continuidade permanente no processo de aquisição de conhecimento. Esse novo modelo, ensino à distância, complementar o presencial, acabando com os problemas relativos a tempo, local, custos, abarcando o efetivo na sua totalidade.

1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

As novas tecnologias aplicadas à comunicação abriram novos leques para que as instituições de ensino possam divulgar o conhecimento de maneira abrangente e dinâmica. As tecnologias que nos possibilitam a integração ao mundo virtual e obter informações de qualquer parte do mundo estão evoluindo de maneira admirável, em que uma pessoa que, por motivo qualquer venha a perder o contato com a sociedade, em um ano estaria completamente desatualizada.

Em virtude disso, nas sociedades contemporâneas, a educação aberta e à distância aparecem cada vez mais como uma modalidade de ensino extremamente adequada e desejável para atender demandas decorrentes de mudanças na nova ordem econômica mundial (BELLONI, 2003, p. 3).

No estado do Paraná, em meados da década de 90, já se ouvia falar em projetos dessa natureza, como foi o caso de “manutenção programada, aplicado na década de 90 (este projeto consistiu em aplicação de prova por módulos vinculados a cartilhas fornecidas aos policiais pela instituição)” (BONATTO; MARCHETTI; NOVACH, 2008, p. 3). No entanto, não se instituiu outro programa ou seqüência a esse, para que a totalidade dos policiais militares do Paraná se mantivessem atualizados no que concerne aos assuntos profissionais da área policial.

Existem Batalhões que conseguem ser expoentes na manutenção da instrução, outros, principalmente do interior, por suas características de distância e falta de oficiais habilitados à disposição, não conseguem o mesmo sucesso. Desta forma, são muitos os empecilhos que dificultam alguns programas, como as distâncias entre batalhões, companhias e pelotões, e ainda, a indisponibilidade de se ajustar às escalas de instrução e escalas operacionais. Não obstante o fato de

que a Corporação procura manter determinados cursos de atualização como o CCVPM – Curso de Conductor de Viatura Policial Militar, em sede de Batalhões e Companhias, a carência da existência de programas que atualizem os profissionais é notória.

É com fundamento nesses problemas que o ensino à distância cresceu nos últimos anos, dealizando-se num grande instrumento de eficácia e eficiência na democratização do conhecimento.

Algumas empresas e instituições têm se aproveitado dessas ferramentas para manter seus colaboradores atualizados, principalmente se utilizando da Educação à Distância – EAD, na qual a partir de um servidor pode conectar um cem número de colaboradores e, dessa maneira, mantê-los atualizados e recebendo um constante feedback por parte de seus colaboradores; assim, a educação à distância tem servido para aproximar as pessoas da educação, motivo pelo qual a palavra educação vem sempre antes de distância.

Todo policial em seu período de formação tem uma base teórica e prática, seja de aspectos legal, estudando as normas e a legislação necessária ao bom desenvolvimento de seu trabalho, quanto materiais e estudos específicos para o perfeito desempenho de sua atividade operacional.

Essa base teórica e prática tem se mostrado suficiente para a boa formação do policial recém-inserido na instituição, porém as leis mudam e as técnicas se aperfeiçoam rapidamente, fazendo com que aquele conhecimento adquirido durante sua formação seja rapidamente defasado, tornando a reciclagem constante imperativa na atividade policial, em que a atualização é preponderante

Deste modo, essa nova arma democrática e eficaz para a aquisição de conhecimento e atualização pode, diante dos profissionais da Polícia Militar do Paraná, ser de grande utilidade na colaboração para a preparação das atividades de rua, ou seja, têm-se muito mais policiais preparados, num menor espaço de tempo e com maior eficiência.

Assim, bem explica Bonatto *et al.* (2008, p.4):

O fato de a PMPR atender todos municípios do Estado dificulta a interação e a difusão do conhecimento aos seus integrantes. Por outro lado o desenvolvimento de tecnologias interativas que possibilitam contato em tempo real entre locais espalhados geograficamente começam a surgir dentro da instituição, o que pode possibilitar uma maior interação entres o membros da PMPR, além de se mostrar uma ferramenta muito importante.

E o caso da Intranet que é muito utilizada para divulgar as notícias, normas, avisos e atos do comando da corporação.

O objetivo do presente trabalho está baseado nessa nova realidade que é o ensino à distância, na tentativa de se demonstrar como a PMPR pode alcançar qualidade de ensino no aperfeiçoamento e atualização de seus profissionais, dando privilégio ao uso da tecnologia aos seus projetos, visando a uma maior rapidez, sem precisar despender de seu efetivo para outras cidades e regiões.

1.2 JUSTIFICATIVA

A inexistência de padronização das instruções aplicados aos policiais militares do Paraná, em cada Unidade ou subunidade, os responsáveis pela instrução acabam por estabelecer metodologias próprias e buscar subsídio para aplicação da instrução, em conteúdos diversos o que gera a adoção de técnicas e táticas diversas aplicadas pelo profissional de segurança quando da aplicação prática do conhecimento.

Alguns dos integrantes da instituição fazem cursos dentro e fora do país, especializam-se, elaboram estudos técnico-científicos, considerados como referência, dentro e fora da Corporação, porém a instituição não consegue aproveitar esse potencial vigente para melhor capacitar o efetivo de modo mais uniforme, pois sempre se esbarra no alto custo em reunir todo o efetivo para uma atualização, ou a disponibilidade do instrutor em atuar de forma presencial nas diversas localidades do Paraná.

Nossa legislação está em constante transformação, buscando sempre adequação à realidade social, também a evolução cada vez mais constante das novas tecnologias, o que faz com que as técnicas e táticas operacionais repassadas para um policial, quando de seu curso de formação, com cinco anos de serviço, já estejam ultrapassadas.

O presente trabalho busca apontar reflexões para estabelecer um novo modelo de instrução a ser adotado nas instituições de ensino da PMPR, auxiliando não só na formação do policial que deve prosseguir na metodologia atual, ou seja, essencialmente presencial, mas na manutenção e atualização do conhecimento adquirido no período da formação do profissional de segurança pública.

2 OBJETIVOS DO ESTUDO

2.1 OBJETIVO GERAL

Constitui o objetivo geral desta pesquisa subsidiar a instituição na busca de uma ferramenta visando manter a capacitação continuada do efetivo da PMPR, reduzindo os custos e padronizando as instruções, utilizando-se das ferramentas de ensino à distância.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos deste estudo foram:

Realizar um diagnóstico dos métodos de ensino à distância em uso no Brasil que possam atender às necessidades das organizações policiais;

Proposta de uma metodologia de ensino visando à manutenção dos conhecimentos adquiridos pelos policiais militares, quando dos cursos de formação e ou atualização ao longo de sua vida profissional;

Proposta de modelo para padronizar e uniformizar da linguagem de ensino empregada pela PMPR por meio de tecnologia digital.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 A INSTRUÇÃO NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ E O ENSINO

Os avanços tecnológicos causaram profundas alterações na maneira como a humanidade se interage, comunica e relaciona, fazendo com que conceitos sejam rapidamente ultrapassados e o conhecimento esteja ao alcance da grande maioria da população mundial, ao toque de um clique no navegador.

A educação, que no passado remoto era um instrumento de poder para uma classe dominante, com a imprensa de Gutenberg modificou radicalmente essa estrutura. Livros deixaram de serem manuscritos e puderam ser acessados por uma parcela maior da população. No último século, o rádio, a televisão e o computador causaram uma nova revolução, as atuais gerações têm acesso imediato e dinâmico a um mundo de informações, muitas vezes sem a oportunidade de uma reflexão profunda, porém, quase que em tempo real, o que se produz já pode ser digerido por todos que tenham interesse.

Hoje a instantaneidade da informação globalizada aproxima os lugares, homogeneiza o espaço, eliminando as diferenciações regionais. O mundo já avançou. A década de 1970 pode ser considerada o marco da transição do meio técnico para o meio técnico-científico informacional. E o entendimento das conseqüências desta mudança é o que nos permite compreender as atuais relações do homem com o território. Vivemos na era da informação onde os avanços tecnológicos acarretam uma intensa sobrecarga de conhecimento, modificando a natureza do trabalho e a relação com o saber. (BONATTO *et al.*, 2008, p. 5)

Segundo Lévy (2000, p. 157), a maioria das competências adquiridas por uma pessoa no início de seu percurso profissional estará obsoleta no fim de sua carreira.

Os policiais militares, considerando a natureza de suas atividades, são diretamente atingidos por este processo citado, sendo que na maioria dos casos ainda carregam o peso da sobrecarga de trabalho, com uma maior ênfase nos municípios menores, onde muitas vezes o trabalho do profissional acaba, por uma necessidade de efetivo, durando vinte e quatro horas, tendo em compensação uma folga de também vinte e quatro horas. Ocorre que com este quadro, os programas de instrução aos profissionais acabam sendo inviabilizados por necessitarem de deslocamento de pessoal para outras regiões.

Desde a década de 70, os moldes de aprendizagem e conhecimento da PMPR não mudam, reinando desde aquele tempo a legislação do mesmo período, em que não se preocupava com o ser humano policial, tendo apenas a visão de cumprir com os compromissos da instituição. O policial tinha como função apenas e tão somente cumprir a missão, estando à total disposição da Corporação.

3.1.1 Instrução na PMPR

No ano de 2003, foi editada a última edição da Diretriz Anual de instrução, a qual regula a Instrução na Polícia Militar do Paraná. Salienta-se que essa Diretriz Anual de instrução da PMPR tem a finalidade de “estabelecer as bases gerais para o planejamento, execução, controle e fiscalização da instrução na PMPR”. (PARANÁ, 2003). Essa Diretriz traz em seu teor a previsão de seus objetivos, finalidade e a forma de execução. Pode-se elencar os seus objetivos da seguinte maneira:

- a. Conscientização do papel da Polícia Militar, no quadro da defesa pública e social, na preservação e restauração da ordem pública, nas atividades de bombeiro e defesa civil;
- b. Internalização da doutrina de emprego nas OPM/OBM, nos diversos processos e modalidades, segundo sua destinação institucional;
- c. Desenvolvimento do espírito de corpo;
- d. Dar ênfase aos compromissos com os resultados, e responsabilidade individual de cada integrante da Corporação;
- e. Reforçar a cultura dos direitos humanos, como meio indispensável ao pleno exercício da cidadania;
- f. Reforçar o conhecimento, habilidades e destrezas referentes ao preparo físico, defesa pessoal e tiro policial, como condições essenciais ao bom desempenho técnico profissional;
- g. Enfatizar o conhecimento, habilidades e destrezas referentes ao preparo físico, maneabilidade dos materiais e equipamentos de bombeiro, as técnicas de busca e salvamento, bem como socorros de urgência;
- h. Motivar nossos recursos humanos, através da instrução, agindo sobre suas necessidades secundárias, a auto-realização, auto-estima, ego, e relações sociais entre outros;
- i. Conscientização que como prestadores de serviços à Comunidade, a ênfase deve ser dada a instrução, adestramento e aprestamento dos recursos humanos, para obtenção de eficiência, eficácia e efetividade, tendo em vista que uma das características principais da prestação de serviços, é que os mesmos são produzidos e consumidos ao mesmo tempo;
- j. Minimizar os efeitos do estresse, da ansiedade, dos problemas cardiovasculares, através do trabalho físico, orientado de forma científica; e
- k. Manter o policial militar e o bombeiro militar, permanentemente atualizados com os conhecimentos técnicos, habilidades, destreza e atitudes necessárias à operacionalização das funções típicas da profissão, dirigidas a consecução dos objetivos e metas da PMPR, cujo “foco” sempre deve ser a qualidade total dos serviços prestados à comunidade (DIRETRIZ Nº 007/2.003).

Percebe-se que tais objetivos apresentam-se de forma muito abrangente, os quais, de uma maneira geral, visam à manutenção dos conhecimentos que durante o período de formação foram adquiridos, seja pelo policial militar Praça ou Oficial, garantindo, assim, que ele se apresente sempre mais e melhor preparado para o atendimento de ocorrências, aumentando seu nível de conhecimento com matérias atuais e que são empregadas na rotina de policiamento.

Outro grande objetivo que também é incorporado pela instrução é quanto ao preparo físico do efetivo da Polícia Militar do Paraná, tendo como alvo a melhora de seu físico, conseqüentemente aumentando a qualidade de vida do policial militar, tendo em vista que um bom condicionamento residualmente diminui os problemas cardiovasculares, assim como os efeitos do estresse.

Conforme a Diretriz, a instrução será semanal, devendo ter o seu planejamento e a sua execução por todo o efetivo dos OPM/OBM, se perfazendo por um tempo mínimo de 02 (duas) horas, em que os Subcomandantes das Unidades atuarão como coordenadores da instrução nas respectivas Unidades (Batalhões).

3.1.2 O conteúdo da instrução

Tão somente o conteúdo aplicado aos policiais militares será observado para o objeto deste trabalho. Contudo, no que concerne à Diretriz, ela abarca em seu conteúdo, matéria aplicada aos Bombeiros Militares, todavia, apenas se fará referência ao que for utilizado na atividade policial-militar.

O conteúdo aplicado aos policiais militares pode ser separado em quatro áreas, sendo uma fundamental, uma instrumental, outra operacional e, por fim, uma complementar, tendo em vista que é um rol estabelecido na Diretriz. Tais assuntos poderão ser aplicados ao efetivo policial, para o constante aprimoramento e a critério do Comandante da Unidade, de acordo com a necessidade estabelecida por ele.

Nota-se que, conforme Diretriz, os assuntos jurídicos que abarcam todas as áreas do direito que influenciam na atividade do policial, referentes assim aos temas de doutrina PM/BM, são inseridos na área de instrução fundamental:

(1) Área de instrução fundamental
Doutrina de emprego PM/BM; Direito constitucional; Direito administrativo; Direito penal; Direito penal militar; Direito civil; Direito processual penal; Direito processual penal militar; Direito disciplinar; Cultura jurídica; Deontologia policial militar; Direitos humanos e cidadania; Ordem unida;

Educação física; História da PMPR; Lei de contravenções penais; Lei 9.099/95 e 10.259/01– Juizados especiais; Estatuto da criança e do adolescente; Demais leis extravagantes, relacionadas a nossa atividade; Física aplicada; Química aplicada; Sociologia; Psicologia geral e social; Eletricidade aplicada; Mecânica aplicada; Mecânica dos fluidos; Hidráulica; Resistência dos materiais; Ciências do ambiente; Terminologia e gases; Noções de perícia de incêndio; e Chefia e liderança. (PARANÁ, 2003).

Com relação ao armamento, legislação policial-militar, comunicação, assim como outros assuntos da administração policial, são inseridos na área de instrução instrumental, podendo ser citados os seguintes assuntos:

Armamento; Comunicações; Legislação e regulamentos PM; Natação; Administração de recursos humanos; Administração de recursos materiais; Administração financeira e orçamentaria; Comunicação social; Estatística; Desenho técnico; Organização BM; Organização e métodos; Informática; Processo decisório; Defesa civil; Trabalho de comando; Gestão da qualidade; Marketing; Administração; Polícia comunitária; Polícia judiciária militar; Estratégias da gestão; Avaliação de resultados; e Avaliação de desempenho.

Já com relação ao suporte técnico dado ao policial na atividade fim, visando ao aperfeiçoamento e reciclagem das técnicas do policial na atuação operacional, está positivado na área de instrução operacional, dentre os quais se encontram:

Busca aquática; Busca terrestre; Combate a incêndios; Combate a incêndios florestais; Prevenção de incêndios; Salvamento aquático; Salvamento terrestre; Emergências e socorros de urgência; Defesa pessoal; Tiro Policial; Tecnologia e maneabilidade de incêndio; Tecnologia e maneabilidade de salvamento; Equipamentos motomecanizados; e Administração de crise.

Manoel, (2004, p.47 e 48) em sua obra Policiamento Ostensivo com Ênfase no Processo Motorizado, explica o Princípio da Universalidade no Policiamento Ostensivo, como sendo:

[...] a natural e às vezes imposta tendência de especialização não constitui óbice à preparação do PM capaz de dar tratamento adequado aos diversos tipos de ocorrências. Aos PM especialmente preparados para determinado tipo de policiamento, caberá a adoção de medidas, ainda que preliminares, em qualquer ocorrência policial. O cometimento de tarefas policiais específicas não desobriga o PM do atendimento a outras ocorrências, que presencie ou para as quais seja chamado ou determinado. [...].

Em virtude da exposição citada acima, faz-se necessário também que outros assuntos sejam temas de instruções, para isso, a Diretriz também apontou como sugestão outros temas a serem utilizados para instrução os seguintes assuntos (PARANÁ, 2003):

- Violência policial;
- Índices de violência e criminalidade, formas de detectá-los e reduzi-los;Relacionamento
- no lar, no serviço e na comunidade;
- Importância da apresentação pessoal;
- Doenças profissionais do policial;
- Os males do estresse, do alcoolismo, do tabagismo e do uso de drogas;
- O perigo da AIDS;
- Orientação espiritual;
- Planejamento familiar;
- Assistência e garantias do PM;
- Serviço de assistência social;
- Associação da Vila Militar;
- Cruzada Social Cosme e Damião
- Cântico de hinos nas formaturas (Nacional, Paraná, PMPR, etc);
- Uso do bastão PR 24 – Tonfa;
- Técnica de uso de algemas;
- Técnica de uso de vestes de proteção balística;
- Utilização de equipamentos;
- Direção defensiva, ofensiva e evasiva;
- Técnicas de identificação do número do chassi, localização nos veículos e formas de adulteração;
- Isolamento de locais de crime e coleta de dados na investigação preliminar;
- Reintegração de posse;
- Auto-estima e motivação;
- Diretriz 004/2000-PM/3 – Planejamento e emprego da PMPR;
- Diretriz 009/2000-PM/3 – Administração de ocorrências com reféns;
- Diretriz 001/2.002-PM/3 – Qualidade no atendimento e relações humanas na PMPR;
- Diretriz 004/2.002-PM/3 – Criação da base de dados, de ocorrências PM, envolvendo situações de alto risco;
- Diretriz 007/2.002-PM/3 – Sistema de controle operacional (SisCOp);
- Nota de Instrução 003/1.999-PM/3 – Documentos de EM;

Destarte que vários temas sugeridos acima estão previstos em outras Diretrizes que regulam procedimentos a serem adotados no âmbito da PMPR, e que têm a sua devida importância, é fundamental que seja objeto de estudo a todos os integrantes da PMPR, visando assim padronizar determinadas ações com objetivo de melhorar a qualidade dos serviços tanto interno como externo.

O método de ensino hoje utilizado pela Polícia Militar do Paraná, fundamenta-se na abordagem presencial do aluno e do professor. Desta forma, nos dias atuais, os novos alunos que ingressam no curso de formação na corporação passam por esta etapa de acompanhamento presencial, não se vislumbrando outra maneira que garanta uma ótima formação ao policial militar. Isso tudo considera-se pelas notórias características da corporação, onde se exige não só um acompanhamento do aluno em sua vida acadêmica como recruta, mas indo além, incorporando até mesmo sua vida particular. Neste contexto, frisa-se que o curso de formação na corporação para os novos alunos deverá ser essencialmente

presencial, não se vislumbrando outra forma de adquirir e manter a disciplina do aluno.

Contudo, a dinâmica do trabalho policial com escalas diferenciadas, distâncias entre as sedes das unidades e destacamentos isolados, gera uma particularidade que distingue a PMPR de uma empresa ou outro órgão da administração pública que concentra seus integrantes em determinadas região ou horário de trabalho, facilitando assim a difusão do conhecimento planejado pela instituição. (BONATTO *et al.*, 2008, p. 7)

De outra forma, diferente de uma empresa, a Polícia Militar do Paraná não concentra seus agentes em uma só localidade facilitando a difusão do conhecimento, mas ao contrário, dissemina seu efetivo para as mais diversas regiões do Estado.

Deste modo, disponibilizando à Polícia Militar do Paraná apenas um sistema presencial de ensino, faz com que, dentre outros, pelos motivos citados, o policial fique estagnado em seu crescimento profissional, pois engessa-se a instituição ao não possibilitar outras formas eficazes e eficientes para se buscar o conhecimento, seja na forma de aperfeiçoamento ou atualizações. Deve-se levar em consideração que o mesmo processo de difusão de conteúdos aplica-se a diferentes indivíduos.

Há uma condição que, por muitas vezes, é ignorada, o que seria relativo quanto às propriedades de cada situação, o que leva a uma inadequação em cargas horárias. Assim, desde logo nota-se que o modelo presencial de aprendizagem como único, não conseguirá abordar todos os estilos de ensino, tornando-se uma ferramenta quase que impossível utilização pós-formação inicial.

Volta-se a lembrar que a alternativa da nova modalidade de ensino não dirá respeito à formação do novo aluno da corporação, que necessita passar presencialmente pela disciplina da Polícia Militar do Paraná, reagindo e se inserindo nesse novo meio, nesse novo contexto de vida que é a PMPR, devendo observar e vivenciar essa base de hierarquia e disciplina rígidas, carreando a construção e transformação do indivíduo aluno em um policial militar.

3.1.3 A Instrução dentro do Planejamento da PMPR

A Diretriz n. 004/2000, de 16 de junho de 2000, teve como finalidade firmar diretrizes básicas de planejamento, coordenação, execução e controle, de forma a abranger todo o Estado, da polícia de segurança, ostensiva de prevenção criminal, de trânsito urbano e rodoviário, de proteção e conservação do meio ambiente, assim

como das atividades que tenham relação com a preservação e restauração da ordem pública, defesa civil, a prevenção e combate a incêndio, busca e salvamento e a garantia do exercício do poder de polícia dos órgãos da administração pública. (PARANÁ, 2000).

Nela estão previstas todas as formas para planejamento, coordenação, execução e controle das atividades da Polícia Militar do Paraná. Os objetivos da Diretriz são de que os procedimentos operacionais da PMPR sejam adequados às Diretrizes do Comandante Geral e também às disposições legais vigentes no país, estabelecendo orientações operacionais, bem como estabelecer parâmetros de controle interno das atividades de polícia ostensiva com vistas à qualidade total. (BONATTO *et al.*, 2008, p. 7).

A Diretriz de Planejamento e Emprego tem, dentre outros, como seu pressuposto, a capacidade técnica do policial militar, assim entendida como a aptidão de conhecer os aspectos técnicos profissionais, fundamentando, desta forma, a sua aquisição de conhecimento no período de formação, o que é complementado com as experiências práticas da atuação diária.

Todavia, considerando a evolução da criminalidade e também da nova tecnologia presentes, faz-se imperiosa a atualização dessas técnicas, de forma a manter a capacidade técnica do efetivo da Polícia Militar do Paraná, sendo que a referida Diretriz ainda prevê que:

A instrução, o adestramento, o aprestamento e a obtenção de equipamentos modernos constituem a base fundamental da atuação do policial militar, devendo os Comandos Intermediários empreender os esforços necessários para que o policial militar tenha capacitação técnica, tática, física, psicológica e moral suficiente para desempenhar com eficiência e eficácia, as ações e operações típicas de sua atividade (Diretriz nº 004, 2000, p. 13).

Consoante previsão na Diretriz, é de responsabilidade do Comando da Unidade o repasse de instruções ao seu efetivo, ficando explícita essa atribuição conforme segue abaixo:

Os comandos devem proporcionar uma ótima e constante instrução de manutenção a seus efetivos, abordando dentre inúmeros assuntos: sobrevivência policial aos seus comandados, dando-lhes perícia e prudência em negociação, relações humanas, emprego de equipamentos auxiliares, defesa pessoal, técnicas e táticas de abordagem e adentramento em edificações, emprego das armas de fogo, etc, voltando-se também para estudos de casos, onde podemos evoluir analisando acertos e erros, inclusive com a prática de simulações (Diretriz nº 004, 2000, p. 13).

Ressalte-se que aos ensinamentos jurídicos também deve ser dada grande importância, e não só aos assuntos práticos, tendo em vista que com bagagem jurídica, o policial militar terá uma maior confiança e segurança ao realizar seu trabalho, além de ter convicção do que está realizando.

Frise-se que a execução de algumas atribuições é de competência dos Comandos Intermediários (Comandos Regionais de Polícia Militar), como as seguintes atribuições: "Exercer a coordenação e controle da atividade fim, conforme Diretrizes em vigor, em particular a instrução;" (PARANÁ, 2000).

Já no âmbito das Unidades Operacionais da PMPR (Batalhões PM), cabe ao Comandante da respectiva OPM organizar a instrução individual e o adestramento de seus quadros, conforme o previsto na Diretriz, sendo ainda que compete ao Comandante ministrar instrução procurando levar ao conhecimento da tropa os principais fatos ocorridos, abordando assuntos que mereçam atenção especial do policiamento a ser lançado. (BONATTO *et al.*, 2008, p. 8)

A valorização do ser humano é cada vez mais um objetivo das instituições, que procuram incrementar e fomentar seu capital intelectual, sendo este, "a soma do conhecimento de todas as pessoas que compõem uma empresa, constituindo-se no que há de mais importante para a excelência do seu negócio." (FORTUNA, 1991). Nesse mesmo sentido, Lima (citado por SANTOS, 2007, p.31) assevera:

Em verdade, há que se considerar o fato de que todas as habilidades são inatas ou adquiridas, que podem ser aperfeiçoadas por meio de investimentos apropriados ao enriquecimento do capital intelectual. A pessoa é o único elemento com o potencial inerente de gerar valor, entretanto, tratando-se de um componente ativo de difícil administração, necessita de uma metodologia adequada para medir o retorno sobre o investimento em capital, entrando nesta questão os aspectos de custo, volume de trabalho, erros e reações pessoais que podem enfraquecer o ativo humano dentro do contexto patrimonial das organizações.

As instituições públicas que desempenham o papel de prestar serviço ao cidadão têm a convicção de ser a gerência do ativo intelectual que fará com que o princípio da eficiência impere, determinando assim a qualidade do atendimento, bem como a satisfação em cooperar, colaborar com a democracia, fazendo com que a sociedade participe mais efetivamente.

A Polícia Militar do Paraná, como uma instituição de abrangência estadual, tendo seu quadro de pessoal, seu efetivo, distribuído por todo território do Estado, impõe a necessidade que seus agentes trabalhem de forma única, ou seja, tenham o mesmo modo de agir em todas as localidades do Estado. Desta forma, para que seu

capital intelectual tenha uma constante atualização, é necessário, fundamental, que ocorram investimentos em um plano de aprendizagem continuada, ou seja, que exista um modelo que propicie permanentemente a capacitação e o aperfeiçoamento dos policiais militares.

Tendo em vista a estrutura e o funcionamento da Polícia Militar do Paraná, com suas peculiaridades, o sistema EAD (Educação à Distância) parece ter uma roupagem que mais se adequa a uma organização como a PMPR, pois o EAD é um modelo que proporciona um ensino continuado autônomo e flexível, enquadrando-se às necessidades da PMPR e que tornaria possível a democratização do ensino e, ainda, alcançaria a totalidade dos policiais militares.

3.2 O ENSINO À DISTÂNCIA

O ensino à distância é um grande instrumento de aprendizagem, que hoje é quase que por total assentado na internet, sendo uma modalidade educacional que se adequou extremamente às novas exigências das demandas educacionais, as quais assinalam a globalização, assim como uma sociedade fundamentada em informações dinâmicas.

Desta forma, nos dias atuais, “o tempo e a distância são dois elementos superados pelo avanço da tecnologia, assim, tanto em nível educacional, quanto profissional usa-se a tecnologia da informação e a Internet como forma de inclusão.” (SANTOS, 2007, p. 18). Logo, esse desenvolvimento tecnológico faz com que ocorra “a necessidade de melhoria no sistema educacional, dando início a novas propostas e modelos de estrutura com a finalidade de atender a nova demanda, caracterizada pelo atual ambiente econômico.” (SANTOS, 2007, p. 28)

A educação a distância está se transformando, de uma modalidade complementar ou especial para situações específicas, em referência para uma mudança profunda na educação como um todo. É uma opção importante para aprender ao longo da vida, para a formação continuada, para aceleração profissional, para conciliar estudo e trabalho. (MORAN, 2010).

Todavia, esse sistema de ensino não se originou com a Rede Mundial de Computadores, mas, sim, antes disso. No transcorrer da história, o ensino à distância afluía vezes por necessidade devido às destruições das guerras, onde

nem mesmo a educação se sustentou, vezes para aprendizagem de militares que em guerra precisavam obter conhecimento sobre certos mecanismos.

Mas foi com a globalização e o capitalismo que o ensino à distância foi fortemente desenvolvido, surgindo com a tecnologia de ponta a necessidade de uma evolução na transmissão do conhecimento, tendo em vista que o caos que se instalou impossibilitava a Democracia do ensino. O mundo usurpava quase que todo o tempo dos indivíduos, assim como o crescimento geográfico, que muitas vezes somado a essa falta de tempo, distanciava o cidadão das possibilidades de capacitação profissional.

Desta forma, conforme Moran (2010) explica, o ensino à distância está alterando e transformando todos os modelos de ensino tradicionais e

inclusive as presenciais, que utilizarão cada vez mais metodologias semi-presenciais, flexibilizando a necessidade de presença física, reorganizando os espaços e tempos, as mídias, as linguagens e os processos. EAD tem significados muito variados, que respondem a concepções e necessidades distintas. Denominamos EAD à educação continuada, ao treinamento em serviço, à formação supletiva, à formação profissional, à qualificação docente, à especialização acadêmica, à complementação dos cursos presenciais. (MORAN, 2010).

O conceito de ensino à distância pode ser descrito e entendido de várias maneiras, entretanto, se entrelaça e chega ao mesmo núcleo, um processo autônomo e eficaz de aprendizagem, podendo o aluno incorporar seus estudos no tempo e espaço desejado. Alguns autores discorrem sobre o conceito de ensino à distância, argumentando que:

Por educação a distância entende-se o processo de ensinar e aprender que está mediado pelas tecnologias da informação e da comunicação (TICs). Esse processo acontece sem que seus protagonistas, professores e alunos/as, estejam juntos e interagindo no mesmo espaço e tempo, como ocorre na educação presencial. Deste modo, esta modalidade educacional demanda a reelaboração dos papéis de professores e alunos nos processos de ensino e de aprendizagem. (LIMA; SILVA; PAIVA, 2010, p. 3).

Conforme Sá (2007, p. 81), pode ser entendido o ensino à distância como um “processo educativo de formação humana que é planejado, organizado e desenvolvido metodologicamente de forma diferenciada da educação dita presencial, embora tenha os mesmos objetivos filosóficos e políticos.” (SÁ, 2007, p. 81).

Com essa mesma base, o Instituto Nacional de Educação à Distância, INED, em sua página principal, no link “O que é EaD”, assevera:

Educação a Distância - EAD é uma expressão que abrange todas as atividades e processos intencionalmente educativos, caracterizados pelo fato que, neles, o trabalho dos educadores e dos educandos se realizam em tempos e espaços diferentes. A conexão entre professor/tutor e aluno é feita através de um ou mais meios de comunicação. (INED, 2011).

O EaD é assim, uma modalidade de ensino que permite que o estudante aproveite seu tempo, no trabalho, em casa, no transporte, ou seja, independe do espaço geográfico que se encontre, alcançando o ensino as mais longínquas regiões do Brasil, se fundamentando desta forma no ensino democratizado. Da mesma maneira Moore e Kearsley (2007, p. 2) descrevem:

a educação a distância (EAD) é o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local do ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais.

A educação à distância deve ser entendida com esse objetivo de democratizar o ensino, democratizar o processo de conhecimento dos indivíduos, garantindo que os estudantes em sentido amplo, possam acompanhar as demandas impostas pela sociedade atual fruto da globalização, e que não absorve em seu seio o indivíduo desatualizado e com falta de capacitação. Assim bem descreve Santos (2007, p.33):

A constante mudança nos sistemas de produção, assim como o desenvolvimento de novas tecnologias da informação, tem induzido a sociedade na busca constante pela profissionalização, qualificação e aprendizado contínuo. Pessoas que não possuem as competências para criar e tratar a informação, ou os conhecimentos priorizados pelo mercado, ficam excluídas. Portanto, a educação tem como objetivo proporcionar o acesso aos meios de informação e de produção como forma de garantir uma sociedade mais capacitada e atualizada para atender a demanda de mercado.

Deste modo, fica cada vez mais demonstrado que o ensino à distância passa a ser um instrumento com uma proposta que quebra barreiras de tempo e espaço e possibilita uma permanente aquisição de conhecimento por parte do ser humano, dando-lhe a oportunidade de flexibilização do seu tempo e do seu local de estudo.

3.2.1 Suas possíveis origens

Os avanços tecnológicos inseridos na área da comunicação desencadearam grandes possibilidades às instituições de ensino, trazendo condições para que o conhecimento seja divulgado de maneira abrangente e dinâmica. Essas tecnologias viabilizaram a integração do Ser ao mundo virtual, assim alcançando informações de qualquer parte do mundo, sobre qualquer assunto. Mostra-se uma evolução admirável, em que o indivíduo pode adquirir conhecimentos, profissionalizando-se ou apenas atualizando-se, sem a necessidade de grandes deslocamentos e gastos.

Esse desenvolvimento científico e técnico aplicado ao processo de trabalho, além de trazer maior otimização do tempo e de produtividade, veio garantir que o processo de acumulação e reprodução do capital se mantivesse nos patamares historicamente conquistados. Surge um modelo flexível de organização e gestão do trabalho com conseqüências para a produção, para o emprego e para a qualificação. (SÁ, 2007, p. 40)

Desta forma, com essas inovações tecnológicas começa a nascer o sistema de educação à distância, o qual demonstra um complexo processo educativo contemporâneo, de modo que ultrapassa os obstáculos colocados pelo espaço geográfico entre o docente e o estudante, e ainda, modifica a rotina de ensino historicamente consolidada.

“Com isso, os processos de aprendizagem mediatizados sofrem um incremento na sua interatividade e velocidade. O tempo e o espaço vão se tornar flexíveis” (SÁ, 2007, p. 41), tendo em vista que por meio do novo aparato tecnológico, um indivíduo poderá se comunicar com outro a qualquer tempo e em qualquer lugar do mundo. Da mesma forma Kalatzis e Belhot (2008, p.01) esclarecem:

Diversas transformações vêm ocorrendo atualmente em uma velocidade crescente, tornando-se cada vez mais necessário uma adaptação contínua por parte dos aprendizes para acompanhar as inúmeras mudanças. Da mesma forma, os aspectos profissional e pessoal apresentam uma dependência mais intensa da capacidade de adaptação do indivíduo. Neste sentido, tal adaptação está fortemente relacionada aos objetivos de aprendizagem, os quais devem incluir a capacidade dos aprendizes de tornarem-se mais eficientes ao longo da vida.

Campos, Costa e Santos (2007, p. 07) explicam que o ensino à distância se desenvolveu passando por cinco gerações. A primeira geração, chamada de modelo de correspondência, havendo a predominância do material impresso. A segunda geração entra com o modelo multimídia, o qual dispunha a fita de áudio, vídeo, já com o ensino baseado em computadores e o vídeo interativo. A terceira geração

ficou caracterizada pelo teleaprendizado, destacando-se as áudioteleconferências, videoconferência e TV/radio Broadcast. Na quarta geração ocorre apenas o reforço ao uso da multimídia interativa on-line, acesso a Web com recursos e comunicação disponibilizada por computador. Na quinta geração existe, sobretudo, a presença das tecnologias, predominando a multimídia interativa on-line, acesso a Web mediada por computador com o uso de sistemas de respostas automáticas e portais, permitindo acesso aos recursos e processos de instituições.

Deste modo, as inovações, atualização, avanços da tecnológica no ensino, segundo Sousa e Nunes (2000, p. 37), tem suas primeiras aberturas, noticiado como ensino à distância, em uma das aulas por correspondência ministradas por Caleb Philips (20 de março de 1728, na Gazzete de Boston, USA), o qual enviava semanalmente suas lições a alunos inscritos.

Todavia, conforme Sá (2007, p.34) explica, foi só mais tarde, com o passar da Primeira Guerra Mundial, que a procura por aprendizagem ou escolarização começa a ser num grau maior, mas especificadamente na Europa Ocidental, que diante da falência dos Estados nacionais, tendo em vista a escassez de recursos e dispersão espacial dos demandantes, fez com que gerasse como consequência a busca por um ensino à distância. E Sá (2007, p.34) ainda esclarece:

Basicamente, todas as iniciativas nesse período até os idos dos anos sessenta tiveram nos correios o veículo de suporte para os estudos não-presenciais. Embora, a partir dos anos 20, o rádio tenha passado a ser um novo instrumento de suporte para programas de ensino à distância. Historicamente, o ensino nesta modalidade sempre foi considerado de qualidade duvidosa.

Entretanto, durante a II Guerra Mundial, a necessidade de formar novos recrutas para o front fez com que Fred Keller implantasse um curso de ensino à distância para recepção do Código Morse, utilizado logo depois da guerra para desenvolver capacidades laborais novas nas populações que migram do campo para as cidades da Europa em reconstrução (SOUSA e NUNES, 2000, p. 42).

A necessidade de formação de alunos autônomos torna-se uma constante, sobretudo na Educação a Distância (EaD), modalidade de educação que vem ganhando significativo espaço notadamente no Brasil e no mundo como modalidade de educação capaz de equacionar o desafio de um aprendizado contínuo, centrado no aprendente, crítico, reflexivo, inovador, flexível fazendo frente às barreiras de tempo e espaço e ajustando-se às necessidades e demandas contemporâneas. (LIMA; SILVA; PAIVA, 2010, p. 3).

Não obstante esse ganho significativo de espaço do EaD no Brasil, uma das primeiras experiências com essa ferramenta conhecida, ocorreu em 1923, por meio da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, cujo principal objetivo era promover a educação pelo rádio. Por muitos anos, uma das únicas oportunidades de aprendizagem a quem morava no interior do Brasil eram os cursos por correspondência, como da fundação Instituto Rádio-Técnico Monitor, criado em 1939 e depois Instituto Universal Brasileiro, criado em 1941, os quais à época democratizaram o ensino técnico promovendo cursos por correspondência (SOUSA e NUNES, 2000, p. 59).

É claro que atualmente temos outros recursos além do livro impresso. Hoje, com o auxílio da Informática, a interação entre aluno e professor ganha outros meios, mas a EAD não é novidade para você: quando você se dedica à leitura de uma revista, participa de concursos pela Internet, responde perguntas pelo telefone, está em um processo de Educação a Distância. O Rádio e a Televisão auxiliaram muito a disseminação desta metodologia de ensino. (INED, 2011).

Nas décadas de 60 e 70, os recursos na área da informática começam a ser pesquisados com o conseqüente desenvolvimento no que concerne ao ensino, ao mesmo tempo em que se desenvolvia a própria computação, ocorrendo uma melhor interação do homem com a máquina, o que fazia com que programas de auto-instrução fossem criados. Todavia, o impacto relevante na educação em massa, como se esperava, não aconteceu. Foi só nos anos 80 que o financiamento e as pesquisas chegaram intensivamente, de forma a busca, uma melhor aplicação e utilização da computação ao ensino. (CAMPOS; COSTA; SANTOS, 2007, p. 06-07).

Estas são tendências que já se observam em vários países, onde os grandes estabelecimentos bancários estão optando pela educação a distância como modalidade por excelência para a formação de seu pessoal. O mesmo já ocorre com as empresas aéreas e organismos militares. Empresas produtivas, com várias unidades de produção espalhadas pelo mundo, estão se servindo de projetos de educação a distância de pequena e larga escala (dependendo do custo e impacto para a escolha da escala), para a melhoria da produtividade do trabalho de seus empregados. Todos descobrindo, como os japoneses e alemães, que o custo de formação de mão de obra, bem administrado, se transforma rapidamente em lucros crescentes, via a elevação da produtividade geral do trabalho. (NUNES, 1993-1994).

Belloni (citado por SÁ, 2007, p. 42) conclui sobre o tema descrevendo que é por meio dessas mudanças e exigências que a educação à distância nasce, vindo a

ser ofertada como uma forma regular de ensino, perdendo seu caráter secundário ou emergencial, e

assumindo funções de crescente importância, principalmente no ensino pós-secundário, seja na formação inicial (ensino superior regular), seja na formação continuada, cuja demanda tende a crescer de modo exponencial, em virtude da obsolescência acelerada da tecnologia e do conhecimento. Nas sociedades contemporâneas, 'do conhecimento' ou 'da informação', a formação inicial torna-se rapidamente insuficiente e as tendências mais fortes apontam para uma 'educação ao longo da vida.

Diferentemente de como explicado por Campos, Costa e Santos (2007, p. 07) que defendem cinco gerações na educação à distância, Cunha Filho e Neves (citado por SARTORI, 2002) descrevem esse contexto histórico do ensino à distância, que envolve a utilização de tecnologias, como sendo parte de gerações que foram se modificando e se complementando ao longo do tempo, argumentando serem apenas três momentos, gerações, onde a primeira geração do ensino à distância

esteve pautado no uso de material impresso enviado pelo correio. A partir do desenvolvimento dos meios de comunicação eletrônicos, a EaD passou a se servir do rádio, da televisão, do fax, do telefone, configurando a chamada segunda geração. Com o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação, estamos vivenciando a era da terceira geração, a que agrega as potencialidades telemáticas às tecnologias já desenvolvidas, fazendo uso de todos os recursos para tornar eficientes e eficazes modelos educacionais não baseados em encontros face-a-face entre quem ensina e quem aprende. Podemos identificar nestas gerações, a busca permanente da EaD por meios tecnológicos que apresentem maiores possibilidades interativas. É com a Internet, no entanto, que interatividade atinge graus excepcionais, pois oferece ferramentas de comunicação síncronas e assíncronas.

Desta forma, nota-se que o ensino à distância passou por um processo gradativo, em que em momentos diferentes teve seu chamado por causas diferentes que, todavia, atualmente, une todas as necessidades passadas a uma só, ou seja, conhecimento de modo geral. Ressalta-se que segundo Campos, Costa e Santos (2007, p. 09), o ensino à distância pode ser observado com outras nomenclaturas, termos, como "Aprendizagem a Distância, Aprendizagem Distribuída, Educação Virtual Interativa, Educação Mediada por Tecnologia, Teleaprendizagem, numa possível tentativa de contornar problemas de definição de aspectos conceituais associados ao tema."

A terceira geração da EaD permite maior flexibilidade e interatividade nos programas existentes. As tecnologias da informação e da comunicação e

seus recursos criam ferramentas que permitem o armazenamento de dados em volume cada vez maior e busca cada vez mais rápida; disponibilidade em tempo sincrônico e diacrônico; acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos estudantes por meio dos recursos dos ambientes virtuais de aprendizagem e o monitoramento/acompanhamento do sistema pedagógico-administrativo. (SÁ, 2007, p. 83).

O pós-guerra, trouxe uma educação à distância, dita de terceira geração, com maior capacidade de atender as novas exigências de um ensino dinâmico, saindo quase que por total dos meios arcaicos de aprendizagem à distância, como era o caso das aulas e cursos enviados por correio, dos ensinamentos por meio do rádio, que não era muito confiável, entrando num mundo digital com processos de ensino à distância, todavia, em tempo real, mas com flexibilidade de tempo e local na absorção de conteúdos.

3.2.2 Elementos e características do ensino à distância

A educação à distância como um instrumento capaz de tornar o aprendizado de um aluno, um ensino autônomo, devida sua flexibilidade de tempo e espaço, possui alguns elementos importantes na sua fundamentação como ensino, os quais possibilitam visualizar e caracterizar o ensino à distância. O Ato Portaria nº 48, que regulamenta as atividades de capacitação de usuários do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na modalidade de Ensino à Distância, traz em seu conteúdo tais elementos, podendo ser visualizados os seguintes:

"Distância" física professor-aluno: a presença do professor ou da pessoa com quem o estudante vai dialogar não é necessária e indispensável para a aprendizagem, que se dá "virtualmente";

Estudo individualizado e independente: o estudante deve construir seu caminho e seu conhecimento por ele mesmo, se tornando autodidata, ator e autor de suas práticas e reflexões;

Processo de ensino-aprendizagem mediatizado: o EaD deve oferecer suporte e estruturar um sistema que viabilize e incentive a autonomia dos estudantes nos processos de aprendizagem. A comunicação entre os atores do aprendizado é mediada por esse sistema;

Uso de tecnologias: os recursos de comunicação - rádio, TV, hipermídia interativa, Internet - permitem romper com as barreiras da distância, das dificuldades de acesso à educação e dos problemas de aprendizagem por parte dos alunos que estudam individualmente, mas não isolados e sozinhos. Oferecem, também, possibilidades de estimular e motivar o estudante, de armazenar e divulgar dados, de acessar informações mais distantes rapidamente;

Comunicação bidirecional: o estudante não é mero receptor de informações e de mensagens. Apesar da distância, busca-se estabelecer relações dialogais, criativas, críticas e participativas. (FAZENDA, 2004)

Nunes (1993-1994) em seu trabalho cita Keegan que descreve os elementos que em 1991 achava serem componentes do conceito de ensino à distância, sendo porém os mesmos, apesar de haver uma nomenclatura um pouco diferenciada, dos dias atuais, como em comparação com os elementos citados pelo Ato Portaria nº 48 da Secretaria do Tesouro Nacional, enunciando que seriam eles:

Separação física entre professor e aluno, que a distingue do ensino presencial;
 Influência da organização educacional (planejamento, sistematização, plano, projeto, organização dirigida etc), que a diferencia da educação individual;
 Utilização de meios técnicos de comunicação, usualmente impressos, para unir o professor ao aluno e transmitir os conteúdos educativos;
 Previsão de uma comunicação de mão dupla, onde o estudante se beneficia de um diálogo, e da possibilidade de iniciativas de dupla via;
 Possibilidade de encontros ocasionais com propósitos didáticos e de socialização; e
 Participação de uma forma industrializada de educação, a qual, se aceita, contém o gérmen de uma radical distinção dos outros modos de desenvolvimento da função educacional.

De acordo com o mesmo Ato Portaria 48 (FAZENDA, 2004) da Secretaria do Tesouro Nacional, devido a tecnologia e inovações pedagógicas, o ensino à distância traz características próprias e se apresenta como um grande instrumento para combater a dificuldade de acesso e a alta demanda no ensino. Pode-se citar as seguintes características:

Abertura: diversidade e amplitude de oferta de cursos, com eliminação de barreiras e requisitos de acesso, atendendo a uma população numerosa e dispersa, com níveis e estilos de aprendizagem diferenciados;
 Flexibilidade: de espaço, de assistência e tempo, de ritmos de aprendizagem, com distintos itinerários formativos que permitam diferentes entradas e saídas e a combinação trabalho/estudo/família;
 Eficácia: o indivíduo motivado a se tomar sujeito de sua aprendizagem, a aplicar o que está aprendendo, a se avaliar, recebe suporte pedagógico, administrativo e cognitivo, através da integração dos meios da comunicação bidirecional;
 Formação permanente: no campo profissional, há uma grande demanda para continuidade da educação formal e, conseqüentemente, aquisição de novos valores, interesses, atitudes e conhecimentos;
 Economia: evita o deslocamento e a ausência do local de trabalho;
 Padronização: evita a transmissão do conhecimento de forma divergente e desparametrizada, que provoque diferentes níveis de formação dos usuários onde se fizer necessário uma planificação. (FAZENDA, 2004).

Kalatzis e Belhot (2008, p. 09) destacam que nesse sistema de ensino, as características são visíveis, tendo em vista não apenas a modificação do foco que agora se visualiza no aluno, entre outras, também o emprego das novas tecnologias

disponíveis na atualidade, como a TIC, Tecnologia de Informação e Comunicação, que traz uma maior flexibilidade. Ainda destacam que

tais características diferem muito das características do ensino tradicional, o qual procura transmitir conhecimentos fixos e bem estruturados com rígido controle dos conteúdos formais e seqüenciados de aprendizagem. Para muitos esse modelo continua tendo valor, no entanto, não se trata de negar as valiosas contribuições das teorias tradicionais para uma compreensão mais geral dos processos de aprendizagem, mas sim de buscar outras formas de acompanhar as mudanças e sua importância ativa. (KALATZIS; BELHOT, 2008, p. 09).

Armengol (citado por NUNES, 1993-1994) descrevia já em 1987 algumas características do ensino à distância de uma forma mais ampla e com uma visão um pouco diferenciada, todavia não menos acertada. São para ele características:

a) população estudantil relativamente dispersa, devido a razões de posição geográfica, condições de emprego, incapacidade física etc; **b) população estudantil predominantemente adulta**, que apresenta peculiaridades que justificam enfoques educativos andragógicos; **c) cursos que pretendem ser autoinstrucionais**, mediante a elaboração de materiais para o estudo independente, contendo objetivos claros, auto-avaliações, exercícios, atividades e textos complementares; **d) cursos préproduzidos**, que geralmente usam de forma predominante textos impressos, mas combinando-os com uma ampla variedade de outros meios e recursos tais como: suplementos de periódicos e revistas, livros adicionais, rádio e televisão educativos em circuito aberto ou fechado, filmes, computadores e, especialmente, microcomputadores, vídeodiscos, videotextos, comunicações mediante telefone, rádio e satélite, equipamentos portáteis para testes ("kits"), etc; **e) comunicações massivas**, uma vez que os cursos estejam preparados é possível, conveniente e economicamente vantajoso utilizá-los para um grande número de estudantes; **f) comunicações organizadas em duas direções**, que se produzem entre os estudantes e o centro produtor dos cursos. Esta comunicação se cumpre mediante tutorias, orientações, observações sobre trabalhos e ensaios realizados pelo estudante, autoavaliações e avaliações finais; **g) estudo individualizado**, sem pretender que ele seja uma característica exclusiva desta forma de ensino; **h) forma mediadora de conversação guiada**; **i) tipo industrializado de ensino aprendizagem**, a produção massiva de materiais autoinstrucionais implica em uma clara divisão do trabalho na criação e produção, tanto intelectual como física dos materiais; **j) crescente utilização da "Nova Tecnologia Informativa."** A antiga tecnologia informativa utilizava principalmente meios mecânicos e elétricos para cumprir suas funções; ao contrário, Hawdrigde (1983) explica que a nova tecnologia informativa depende mais da eletrônica e fundamentalmente compreende três tecnologias convergentes: computação, microeletrônica e telecomunicações; **k) tendência a adotar estruturas curriculares flexíveis**, via módulos e créditos; **l) custos decrescentes por estudante**, depois de elevados investimentos iniciais e sempre e quando se combinem uma população estudantil numerosa com uma operação eficiente, a educação a distância pode ser mais barata.

Conforme Sá (2007, p. 02) ensina, tais características e elementos que se pronunciam nesse modelo de ensino à distância, se fundamentam numa identidade

própria e específica em comparação ao ensino tradicional dito como presencial, ainda que os objetivos de ambos andem lado a lado, ou seja, patrocinar o conhecimento dos indivíduos que se socorrem da educação formal, aumentar seu grau de cultura e intelecto. Assim, como bem pondera, a educação à distância, após análise das características e elementos, se retrata como um modelo de ensino em que “todos os elementos se interdependem, se inter-relacionam, numa formatação/organização que, embora não prescindida da incerteza, não permite improvisação ou carência de planejamento e acompanhamento.” (SÁ, 2007, p. 02).

Importante frisar dentre os elementos e características do ensino à distância, a autonomia, pois o estudante quando desenvolve suas habilidades para estudar de forma autônoma, conseqüentemente reforça sua disciplina, aprende a criar soluções por sua conta própria, a sair da inércia e procurar respostas, a procurar informações gerenciando e avaliando suas fontes, a criar ou aumentar sua responsabilidade no cumprimento de prazos, na gerência de seu tempo tendo em vista suas tarefas, funções e a realidade exigente, a trabalhar em equipe ou com parcerias, e também a desenvolver seu senso de iniciativa. (SARTORI, 2002).

Por fim, tendo em vista tais características, é necessário, desta forma, que as instituições públicas, Administração Pública como um todo, implantem novos sistemas de gestão, incorporando novas tecnologias e a globalização econômica, tendo como fundamento que estes estão causando constantes reflexos e oportunidades de transformações nos mais diversos setores da sociedade. Salienta-se que implantar novos sistemas não é apenas criá-los, mas dar continuidade, havendo fiscalização e incentivo para todas as instituições, seja qual for a região.

3.2.3 O ensino à distância na Senasp

O Brasil deu um grande salto no que diz respeito ao ensino na segurança pública. Em 2005 o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, criou a Rede Nacional de Educação à Distância em parceria com a Academia Nacional de Polícia. Esta Rede teve sua origem mais precisamente por meio da Academia Nacional de Polícia, a qual pertence aos quadros da Polícia Federal, e que em 2004

após um levantamento de necessidades, e face à carência de uma política de capacitação a distância, desenvolveu e implementou o projeto de uma rede de EaD, composta de telecentros e laboratórios de informática, presente em todas as unidades descentralizadas. O projeto foi estendido à Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que apoiou a idéia, estendendo-a às Secretarias de Segurança Públicas (SSP) dos estados. O projeto de EaD formulado na parceria ANP/SENASP consiste na criação de uma rede de capacitação a distância, a qual foi inicialmente denominada SEAT – Segurança e Educação ao Alcance de todos. (BRASIL, 2007, p. 20).

O Projeto da Rede Nacional de Educação à Distância tem como principal objetivo a educação continuada e sem distância, demonstrando preocupação com a formação e capacitação dos agentes da segurança pública, sendo que um de seus desdobramentos será

a capacitação e o aperfeiçoamento dos profissionais da área de segurança pública nos temas curriculares previstos na MCN para formação em Segurança Pública; a dotação das Academias e os Centros de Formação dos recursos da Tecnologia da Informação integrando-as à Central de Conhecimentos do Projeto EAD da SENASP, via Internet e/ou via satélite, a partir de onde serão transmitidos os cursos disponíveis para o treinamento à distância do pessoal lotado nas instituições de segurança; a capacitação de conteudistas, professores, instrutores, monitores e coordenadores dos Telecentros na utilização da tecnologia de EAD apoiada na Internet e/ou TV por satélite; e adequação dos conteúdos já existentes e voltados para o treinamento presencial, às exigências de linguagem requeridas pela modalidade de treinamento à distância apoiado na utilização da Internet. (BRASIL, 2007, p. 16).

Nesse ponto inicial, abre-se um parêntese para mencionar outro grande instrumento criado pelo Ministério da Justiça, vindo agregar valores ao ensino à distância, que é o Vade Mecum da Segurança Pública, com a finalidade de ser como “um guia de consulta rápida com o registro das ações realizadas, nestes últimos anos, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça e que sistematiza as principais políticas de Estado para o setor.” (BRASIL, 2010, p. 13).

De acordo com o disposto no Vade Mecum da Segurança Pública (BRASIL, 2010, p. 95), a responsabilidade pela Implementação da Rede Nacional de Educação à Distância para Segurança Pública – Rede EAD, ficou a cargo da Coordenação de Educação à Distância do Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública.

Essa Rede é uma espécie de escola virtual destinada aos profissionais que desempenham suas funções na área de segurança pública no Brasil, tendo como objetivo fornecer meios de aprendizagem para que todos os profissionais tenham

acesso ao ensino, independentemente das limitações sociais e geográficas que possam existir.

Com a implementação da Rede, iniciou-se novo paradigma, em que a Senasp passou a exercer o papel de efetivo órgão condutor dos processos de educação em segurança pública, promovendo a articulação das Academias, Escolas e Centros de Formação e Aperfeiçoamento dos Operadores de Segurança Pública, obviamente em um quadro de respeito aos princípios federativos.

A Rede possibilita aos policiais civis, militares, bombeiros, guardas municipais, agentes penitenciários, policiais federais e rodoviários federais, a educação continuada, integrada e qualificada de forma gratuita. (BRASIL, 2011).

Conforme dados do Ministério da Justiça (BRASIL, 2011), tal sistema já chegou a todos os Estados, sendo implementado por meio de 270 Telecentros que estão instalados e localizados nas principais cidades e também em todas as capitais. O funcionamento dos cursos se dá por meio de ciclos, sendo realizados 3 por ano, participando em torno de 200 mil alunos por ciclo. A carga dessa organização ficam 2 mil tutores, mobilizados para atender 3 mil turmas, com 50 alunos por sala virtual.

A solução tecnológica elaborada consiste na montagem de infra-estrutura de Tecnologia de Informação baseada em rede, com telecentros instalados nas instituições de segurança pública de cada Unidade da Federação. Os telecentros integram os recursos do canal corporativo de televisão e da Internet, reunindo avançadas tecnologias aplicadas à educação e podendo, na sua expansão, atender o acesso à educação continuada do contingente humano formado pelas mais de 500 mil pessoas dedicadas à segurança pública no Brasil. (BRASIL, 2011).

Importante salientar que a Secretaria Nacional de Segurança Pública previu, no projeto da educação à distância, que haverá essa infraestrutura muito organizada e implementada por meio de Telecentros, como já citado, que se fundamentam numa rede de telecomunicação, abarcando as 27 unidades da Federação, sendo esses Telecentros

ambientes físicos dotados de tecnologia educacional e visam à otimização do processo de ensino e aprendizagem. Permitem ao participante acesso a diversas mídias e meios de comunicação, na mesma rede de treinamento, como a televisão e a Internet. Além das atividades de formação presencial, proporcionam acessos ao ambiente virtual de aprendizagem mediados por vídeo e teleconferência. Os Telecentros são formados por uma Telesala e a uma Sala WEB, além de ambiente destinado à coordenação dos cursos e à produção de conteúdos. Nas Telesalas os participantes têm acesso a um canal exclusivo de Televisão por satélite – Canal Segurança Pública – com programação específica para os assuntos de Segurança Pública, e canais de televisão para treinamento com programação voltada à área

comportamental, para o desenvolvimento das habilidades específicas, e à formação das habilidades e competências técnicas. (BRASIL, 2007, p. 16).

Já implementada em 2005 pelo Ministério da Justiça por meio do SENASP em parceria com a Academia Nacional de Polícia do Departamento de Polícia Federal e, visando acompanhar a evolução e a exigência do mundo atual, a Rede Nacional de Educação à Distância será responsável por

ofertar cursos que possibilitam a formação continuada dos profissionais da área de Segurança Pública. Os cursos possuem 40 ou 60 horas aulas e estão fundamentados nos princípios da Matriz Curricular Nacional, nos conteúdos que fazem parte da Malha Curricular e estão compatíveis com as demandas e as necessidades da formação do profissional da área de Segurança Pública. (BRASIL, 2008, p. 37).

Percebe-se pelo citado que princípios fundamentais elencados pela Matriz Curricular Nacional deverão ser seguidos no sistema de educação à distância, sendo eles: Princípios Éticos envolvendo a Compatibilidade entre Direitos Humanos e Eficiência Policial e a Compreensão e valorização das diferenças; Princípios Educacionais abarcando a Flexibilidade, diversificação e transformação, a Abrangência e capilaridade, a Qualidade e atualização permanente, a Articulação, continuidade e regularidade; e os Princípios Didático-Pedagógicos abrangendo a Valorização do Conhecimento Anterior, a Universalidade, a Interdisciplinaridade, Transversalidade e Reconstrução Democrática de Saberes. (BRASIL, 2008, p. 12-13).

No mesmo sentido declara o Vade Mecum da Segurança Pública quanto a aplicação da Matriz Curricular e seus princípios, descrevendo que os cursos que forem desenvolvidos pela Rede de Ensino à Distância, estarão regulados

na Matriz Curricular Nacional para as Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública (MCN), nos fundamentos dos Direitos Humanos, nos princípios da Andragogia (pedagogia voltada para adultos) e nas teorias que enfocam o processo de construção do conhecimento. (BRASIL, 2010, p. 95).

A Matriz Curricular Nacional foi editada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, destinada para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública, a qual também ainda fundamenta que:

Por ter dentre seus objetivos a ampliação do conhecimento na área de Segurança Pública e o acesso à tecnologia, muitos centros de formação e academias estão utilizando os cursos da Rede Nacional de Educação a Distância como parte dos currículos das Ações Formativas que executam

na modalidade presencial. Tais arranjos permitem uma dinamicidade ao currículo, possibilitam a integração dos profissionais, minimizam custos e promovem a unidade de pensamento e ação. (BRASIL, 2008, p. 37).

Como fica demonstrado, este sistema de educação à distância fornecerá uma continuidade no processo de aprendizado, sendo estes periódicos, possibilitando que os profissionais da segurança pública possam manter-se atualizados, proporcionando uma qualidade contínua em segurança. Essa Rede é uma política pública que também visa garantir que ocorra “coerência com as demais políticas de melhoria da qualidade da educação em segurança pública.” (BRASIL, 2011).

O Ministério da Justiça fixou alguns objetivos quando da criação da Rede Nacional de Educação à Distância, importantes para o desenvolvimento e crescimento do ensino e do ensinado:

Dotar as Unidades Federativas de um ambiente de ensino, mediado pela tecnologia de TV digital e Internet para comunicação e informação;
 Disseminar/compartilhar conhecimentos e informações para todos os profissionais da área de segurança pública, estimulando doutrinas e práticas unificadas independentemente da distância;
 Favorecer o diálogo social entre as diversas instituições que compõem o sistema de Segurança Pública;
 Ampliar a rede de pessoas que pensam e fazem a segurança pública;
 Contribuir com a integração dos profissionais da área de Segurança Pública;
 Promover a consolidação das Políticas Públicas na Área de Segurança Pública;
 Implementar ações de formação permanente de forma sistematizada;
 Registrar o capital intelectual das instituições/profissionais da área de Segurança Pública. (BRASIL, 2011).

Logo, o grande objetivo geral de tal Rede de ensino, desse novo instrumento tecnológico educacional, é a troca de conhecimento entre os diversos profissionais da segurança pública, mantendo assim todos sempre atualizados e qualificados para suas funções, tendo ainda o projeto como estratégia,

integrar, através de uma rede nacional de telecomunicações, as ações do sistema educacional presencial e a distância, em conjunto com as Academias de Polícia, respeitadas as peculiaridades e a autonomia das instituições de segurança pública nos vários níveis, já que o público-alvo a ser atingido, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, as polícias civis e militares, os corpos de bombeiros e as guardas municipais, apresenta grande diversidade nos seus focos e considerável abrangência geopolítica.

Como citado, a integralização dos atos do sistema presencial com o sistema de ensino à distância, englobando ainda as Academias de Polícia, por meio de uma

rede nacional de telecomunicações, é a estratégia que se adotou em tal projeto, sempre respeitando todas as particularidades, princípios de cada setor institucional de segurança pública.

Neste mesmo caminho, e conforme a Matriz Curricular Nacional, as instituições devem seguir as orientações do MEC, para só assim poderem ofertar o ensino à distância, o que leva à obediência à seguinte legislação:

Lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e que em seu art. 80 e seus respectivos parágrafos orienta sobre a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e educação continuada.

Decreto nº 5.622/05 que regulamenta o art. 80 da Lei 9394/96, caracterizando a educação à distância e normatizando a sua oferta nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Portaria nº 4.059/04 substitui a portaria 2.253/01 que normatizava os procedimentos de autorização para oferta de disciplinas na modalidade não-presencial, em cursos de graduação reconhecidos. (BRASIL, 2008, p. 37).

Salienta-se que o Decreto 2.494/1998 foi revogado pelo Decreto 5.622/2005 que agora regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Em seu artigo 1º vem a definição de Ensino à Distância, como sendo “modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.” (BRASIL, 2005).

Em nosso país, a EaD ganha aval como elemento da política educacional através da Lei n.º 9394, de dezembro de 1996, e suas regulamentações. Passa a ser concebida como portadora da mesma esperança e da mesma responsabilidade perante a qualidade da educação, deixando de ser entendida como “emergencial” e tornando-se um forte componente da política educacional brasileira em favor da democratização do acesso à educação. Neste movimento, teve reconhecido seu potencial renovador dos paradigmas educacionais devido às especificidades de suas práticas pedagógicas que colocam em evidência a relação entre educação e comunicação, na medida em que se viabiliza através das TICs. (SARTORI, 2002).

Percebe-se, assim, que o projeto da Rede Nacional de Educação à Distância criado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), foi um grande salto dado pelo Brasil na busca da valorização e investimento no profissional da segurança pública, tendo uma resposta diretamente proporcional na qualificação nas

ações de formação, o que corresponde, da mesma forma, numa melhor qualidade das execuções de ações de segurança.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública organizou nas ações do Projeto um cronograma gerencial, que pode ser encontrado em quatro grupos, sendo: Ações estruturantes; Ações de gestão; Ações de implantação; Ações de acompanhamento, controle e avaliação. Tais ações dinâmicas são realizadas de forma sistemática no decorrer de sua expansão. (BRASIL, 2011).

Conforme dados da SENASP (BRASIL, 2011), todo projeto da Rede Nacional de Educação à Distância tem seu conteúdo pedagógico amparado com uma atenção especial, tendo em vista a estrutura disponibilizada para a organização do projeto de Segurança e Educação ao Alcance de todos – SEAT, que terá “equipes especializadas de educadores, conteudistas e pedagogos, conhecedores dos temas e da problemática da segurança pública elaboram e acompanham o desenvolvimento e a implantação de todas as etapas do Projeto Seat”.

3.3 POLÍCIA MILITAR E A ATUALIDADE DINÂMICA

A economia mundial encontra-se num momento histórico e rigoroso de competitividade, em um processo intensificado na capacidade de gerar inovações tecnológicas. Valorizam-se hoje, mais que tudo, os processos que conseguem atingir em menor tempo, o acesso à informação, assim como a capacidade de adquirir conhecimento, mostrando-se esses processos como um instrumento que vem servir de aliado para as organizações e para a vida dos indivíduos, pois hoje se vive num tempo em que a imposição de ritmos acelerados em prol da competência, é notório, e esta imposição começa a fazer parte da vida de toda a sociedade.

O avanço tecnológico provocou uma ruptura epistemológica e espacial notáveis. Mudaram os conceitos de organização e produção de novas formas econômicas e educacionais e eliminou-se a barreira espacial. A interatividade, na dimensão virtual, suprimiu praticamente a distância, permitindo a relação instantânea, o convívio imediato pela presença virtual. (VIEIRA, 2006, p. 18).

Em sua formação, todo policial passa por um treinamento com bases teóricas e práticas, seja em um estudo de normas e legislações, tratando dos aspectos legais para o bom desenvolvimento de seu trabalho, seja estudos no

aspecto material e específico, para que ocorra o correto desempenho de sua função operacional. Castells, citado por Vieira (2006, p. 15) assevera que

o conhecimento credencia a base da competência. É fundamental considerar que o conhecimento sólido e aplicado corretamente, de acordo com os objetivos e metas organizacionais, torna-se uma ferramenta vital no desempenho e aperfeiçoamento das organizações.

Na formação do policial recém-inserido na instituição, essas bases práticas e teóricas vêm se mostrando suficientes, formação essa necessariamente presencial, porém, a sociedade exigente está dinâmica, as leis mudam e as técnicas se aperfeiçoam em passo acelerado, a cultura e a mentalidade da sociedade em geral se alteram, colocando todo o conhecimento adquirido no período de formação do policial, como algo já superado, muitas vezes ultrapassado, tornando evidente a necessidade de uma atualização constante na atividade policial, algo preponderante.

A capacidade técnica do policial militar é um dos pressupostos básicos previstos na Diretriz de Planejamento e Emprego. Ela pode ser definida como a capacidade de conhecer bem os aspectos técnicos da profissão, dando assim sustentação aos conhecimentos adquiridos no seu período de formação, sendo esses conhecimentos complementados com as experiências práticas do dia-a-dia. Em virtude do progresso tecnológico, e também da evolução da criminalidade, é necessário para manter a capacidade técnica do efetivo da PMPR que as técnicas sejam atualizadas. (BONATTO *et al.*, 2008, p. 07).

Todavia, técnicas e práticas não são mais suficientes, a política de intolerância já não mais funciona nessa sociedade que clama por dignidade, respeito, proteção, afeto. E a palavra chave ainda é o conhecimento. Só o conhecimento dado por meio de políticas contínuas de ensino poderão transformar a sociedade atual em uma sociedade harmônica.

O uso das tecnologias da comunicação e informação na elaboração de programas de capacitação e aprendizado contínuo como forma de complemento e atualização dos operadores de segurança pública, tem o objetivo de conscientizar e incentivar esses agentes, frente suas responsabilidades para com a sociedade. (SANTOS, 2007, p. 61).

A legislação brasileira é algo muito dinâmico, ocorrendo alterações a todo momento na tentativa de se adequar à realidade social. Assim também é a tecnologia, que a passos largos evolui constantemente. Tudo isso faz com que a aprendizagem do policial no curso de formação, quanto a técnicas e práticas operacionais, em cinco ou menos anos, já estejam ultrapassadas.

A informação, o conhecimento e a competência são os pilares de sustentação do desenvolvimento da civilização. Desde as mais remotas épocas, perpassando séculos e milênios, até a sociedade informacional da presente atualidade, a informação e o conhecimento vêm sendo variáveis primordiais ao avanço do desenvolvimento. Fragmentos de informação, unidos e harmonizados, formam uma base de sustentação a iniciativas inovadoras, portanto, gerando conhecimento, no campo das organizações. (VIEIRA, 2006, p. 13).

Desta forma, a informação, o conhecimento e a competência como sendo pilares do desenvolvimento da civilização, devem ser libertos à sociedade, a um mundo que clama por eticidade entre todos, buscando uma visão cultural/filosófica dos seres humanos, pelo uso da força e estruturas de repressão apenas quando necessário.

Com isso, surge a demanda e a necessidade de melhor qualificação das estruturas orgânicas das instituições policiais e de seus servidores, de modo que se possa pensar, como política pública, num sistema homogêneo, respeitando-se, obviamente, as especificidades do ponto de vista da eficiência e eficácia do conjunto profissionais-instituições. Infere-se daí que a consolidação do conhecimento policial seja o fundamento de uma integração estrutural entre os órgãos policiais e o ponto de partida para a imersão dos órgãos de segurança pública e justiça criminal no projeto de aperfeiçoamento democrático e de construção, conforme o Programa Nacional de Segurança Pública, de "um novo sujeito institucional para a gestão da política de segurança", fundado em um paradigma alternativo que não seja o meramente repressivo, como tem sido a prática comum, para o tratamento da violência e da criminalidade. (PINTO, 2005, p. 04).

Assim, numa visualização paralela com a instituição da Polícia Militar do Paraná, esses fundamentos, esse conhecimento, devem ter sua provocação contínua e permanentemente de modo a alcançar todo o efetivo e não apenas os das grandes metrópoles. A formação inicial, de forma acertada, essencialmente presencial, deve ser complementada ao longo da carreira, não apenas com técnica e práticas, mas também com conhecimento teórico, que viabilize além de outros, por exemplo, elementos éticos e morais na gerência de ações visando à solução pacífica dos conflitos.

A obsolescência das competências pessoais e profissionais, decorrente da velocidade com que o avanço tecnológico interfere diretamente na vida e no trabalho de todos, aponta para a necessidade do aprendizado permanente, interesses profissionais mais amplos e, ao mesmo tempo, o desafio de aprender a produzir sem sair do local, já que o aprendizado é contínuo. (SANTOS, 2007, p. 57).

Os processos de construção/reconstrução do conhecimento estão relacionados à capacidade de aprender continuamente e envolvem, dentre outras,

as capacidades de análise, síntese, crítica e criação, a partir da exploração de diferentes perspectivas na interpretação da realidade, frente a desafios e situações problematizadoras relacionadas à área de atuação. (Brasil, 2008, p. 25).

A estrutura da PMPR tem forte propensão à centralização e pode ser resumida basicamente em quatro divisões: batalhão, companhia, pelotões e destacamentos. A centralização das decisões se dá por ser ela uma instituição militar que por natureza é baseada na centralização do comando. Tudo isto é fruto de um processo iniciado na década de 1960 e intensificado em meados da década de 1980, período em que as atuais estruturas se formaram, sendo poucas as inovações realizadas nos últimos 20 anos. (BONATTO *et al.*, 2008, p. 05).

Todavia, os agentes da segurança pública, policiais militares, colaboradores da PMPR, assim como de qualquer empresa, devem estar em constante processo de atualização, em processo de conhecimento, para só assim conseguirem acompanhar o desenvolvimento, o que é possível por meio do treinamento motivado e da instrução. Entretanto, a centralização que se dá na PMPR, dificulta muitas vezes o aperfeiçoamento e treinamento dos policiais interioranos do Estado. Frisa-se que essa dificuldade colocada pela centralização ocorre em relação à continuidade da aquisição de conhecimento pós curso de formação, pois no transcorrer do curso as aulas presenciais são indispensáveis para a formação do policial militar.

Mesmo após a reestruturação da PMPR ocorrida no ano de 2010, onde através da Lei Estadual 16.575/2010, de 28 de setembro de 2010, foram criados os Comandos Regionais, visando principalmente melhorar a distribuição geográfica dos grandes Comandos, aproximando assim o policial militar destacado dos centros de decisão da Corporação, quanto à instrução não houve alterações significativas, sendo que nosso principal núcleo de ensino que é a Academia Policial Militar do Guatupê, dista mais de 600 km do Pelotão de Guaíra, que é o ponto mais distante da Capital do Estado.

Para abrandar esse situação, foi criado também no ano de 2010, pelo Decreto 9.004/2010, de 15 de dezembro de 2010, a Segunda Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças, na cidade de Maringá, objetivando descentralizar os Cursos de Formação e Especialização para os Praças da PMPR, no entanto ainda se encontra em fase de reestruturação.

Assim, esse processo de conhecimento pode se dar por novas tecnologias, o que poderia facilitar o treinamento dos policiais e manteria uma padronização. Segundo Chiavenato (1998, p.23)

treinamento é o processo educacional, aplicado de maneira sistemática e organizada, pelo qual as pessoas aprendem conhecimentos, atitudes e habilidades em função de objetivos definidos. No sentido usado em administração, treinamento envolve a transmissão de conhecimentos específicos relativos ao trabalho, atitudes frente ao aspecto da organização, da tarefa e do ambiente, e desenvolvimento de habilidades. Qualquer tarefa seja complexa ou simples envolve necessariamente estes três aspectos.

Milton Hall, citado por Lopes. (1978, p.176), traz a definição de treinamento, explicando que se idealiza como um processo que auxilia empregados na busca pela experiência no seu trabalho, por meio do

desenvolvimento de apropriados hábitos de pensamento e ações, habilidades, conhecimentos e atitudes. O indivíduo é treinado para aprender alguma coisa. Aprender significa modificar a conduta e não, simplesmente acumular conhecimentos.

Já por sua vez, Drucker (1988, p.05), teorizando sobre as exigências dos requisitos administrativos de uma organização, demonstrando o funcionamento da padronização no ensino, exemplifica dizendo:

[...] Algumas centenas de músicos e o regente podem executar juntos a peça porque todos tem a mesma partitura. Ela diz tanto ao flautista como ao timbaleiro, o que e quando tocar. E diz ao regente o que esperar de cada músico. De modo semelhante, todos os especialistas no hospital partilham de uma missão comum. O cuidado e a cura do doente. O diagnóstico é a partitura deles: ele dita a ação específica para cada membro de equipe médica.

Seguindo esse princípio e transportando-o para o estrutura da Polícia Militar do Paraná, perceber-se que essa partitura também ali existe, podendo ser visualizada pela Doutrina da Polícia Militar. Essa Doutrina se desenvolverá por meio de um modelo de instrução, modelo este que será bem estruturado e programado por meio de um órgão diretivo central, abrangendo todo o segmento policial militar. Assim, essa abrangência abarcará conseqüentemente os Praças, de forma a proporcioná-los uma igualdade de conduta operacional, permitindo ocorrer reflexos positivos quanto à qualidade do seu desempenho e, por conseguinte, na produtividade da corporação.

Todavia, devido às grandes exigências que a sociedade coloca à toda corporação da Polícia Militar do Paraná, a atual conjuntura do modelo de instrução, não mais mostra sua eficácia como alguns anos atrás, levando a instituição a fazer uma releitura dos padrões de ensino atuais, visando estabelecer um novo modelo de instrução a ser adotado nas instituições de ensino da PMPR. Desta forma, poderá

auxiliar não apenas na formação teórica/prática do curso de formação, que exige o modelo presencial atual, mas também, na atualização e manutenção constante do conhecimento já adquirido do profissional de segurança pública.

3.3.1 Exigência da constante atualização dos policiais militares

A fase contemporânea que o mundo está passando faz surgirem novos leques quanto à comunicação, colocando as instituições públicas em sinal de alerta, sinalizando para que tenham que se integrar rapidamente a essa etapa. A quantidade gigantesca de informações, a dinamicidade com que mudam e o surgimento de novas técnicas, exigem dos policiais militares uma constante atualização, um ininterrupto preparo, para que só assim continuem com eficácia e eficiência na sua função de guardião da segurança pública. Logo,

nota-se que a educação está vinculada a certa estrutura social, ou seja, a educação é realizada de acordo com a necessidade de dado momento, não é algo estático e sim em constante mudança, passando por transformações sempre que necessário. Cabe aos indivíduos e à sociedade a busca pelo aprendizado contínuo como forma de atualização e inserção neste cenário mutante. (SANTOS, 2007, p. 32).

Da mesma forma, o Estado brasileiro assim como todo o resto do mundo, passa por um processo de metamorfose, a sociedade evolui e trilha uma caminhada para o mais justo. Assim, se alteram valores, a mentalidade do ser humano começa a estabelecer padrões morais e éticos os quais a realidade julga como pressupostos da liberdade, da paz, da justiça, da dignidade, dentre outros. A comunidade clama por direitos iguais, direitos mínimos, mais dignos à sua sobrevivência, enaltece os valores morais e éticos, roga por respeito e proteção.

Esses são fundamentos mínimos que devem existir em uma sociedade contemporânea/tecnológica, que idealiza o bem comum. São fundamentos que vêm sendo transformados e adquiridos ao longo de gerações. São fundamentos que apenas o ouvir e ver algumas vezes não surtem efeito, e sendo o conhecimento em sentido amplo a chave de tudo, esse deve ser difundido contínua e permanentemente.

A educação continuada tem papel importante no atingimento dos objetivos da área de Recursos Humanos e contribui significativamente para a

melhoria da Gestão Pública. No mundo corporativo, faz-se necessário que o processo de ensino-aprendizagem da educação continuada tenha relação com a transferência de aprendizagem para o trabalho, ou seja, a efetividade da oferta de programas de capacitação está diretamente relacionada ao impacto de seus resultados práticos. (ARANTES; SOUZA, 2010, p. 126).

Essa constante evolução e modificação da sociedade faz surgir tecnologias integrativas como é a do mundo virtual, a qual interligou e possibilitou o acesso a informações de qualquer parte do mundo, onde quer que o indivíduo se encontre. Essa evolução admirável, por sua vez, trouxe impregnada em si, um constante problema, qual seja, a exigência de uma continuidade absoluta na busca pelo conhecimento, como nas modalidades atualização e capacitação.

Hoje cada vez mais trabalhar e aprender converge para uma relação de interdependência. A educação continuada vai além dos conteúdos técnicos e profissionalizantes, atendendo também aos interesses pessoais. A aprendizagem deixa de ser apenas um ideal do indivíduo ao longo de sua vida e passa a ser uma necessidade para se manter em sintonia com o mundo globalizado em que vivemos. (BONATTO *et al.*, 2008, p. 08).

A Polícia Militar do Paraná faz parte do sistema de controle social e tem pelo Decreto nº 88.777/83, que aprovou o regulamento para as polícias militares e Corpos de Bombeiros Militares, a definição de sua competência, dispondo sobre os tipos de policiamento, sendo eles:

Ostensivo Geral, Urbano e Rural, de Trânsito, Florestal e de Mananciais; Rodoviário e Ferroviário, nas estradas estaduais; portuários; fluviais e lacustre; de radiopatrulha terrestre e de área externa de estabelecimentos penais do Estado; outros fixados em Legislação da Unidade Federativa, ouvidos o Estado Maior do Exército, através da Inspeção Geral das Polícias Militares. (BRASIL, 1983).

Desta forma, nota-se a amplitude com que a Polícia Militar tem que atuar no seu dia a dia, sendo áreas complexas que dependem de um conhecimento teórico de legislações, conhecimento sócio/cultural, e ainda, conhecimento técnico/dinâmico, para que só assim possa executar suas ações com confiança e validade.

Logo, percebe-se que existe uma grande exigência física e intelectual dos policiais militares, nascendo conseqüentemente a necessidade de promover uma contínua capacitação, aperfeiçoamento, atualização. Nos dias de hoje, essa conseqüência não é apenas e tão somente uma capacitação técnica e teórica/legislativa, mas também cultural e social, pois o comportamento de um agente público deve servir de exemplo à sociedade, mostrando não apenas

embasamento legal, mas sobretudo, e atualmente, mostrando capacidade plena de respeito e educação no trato às pessoas.

Um bom exemplo dessa exigência de conhecimento do policial está no estudo feito por Pinto (2005, p.27) onde o mesmo entrevistando um praça policial militar, fazendo uma pergunta quanto à necessidade real de um constante preparo.

Participante: Às vezes a falta de preparo, até mesmo emocional, faz com que a gente às vezes, exagere um pouco na rua, assim, atendendo a população, coisas que assim, depois com a cabeça fria, você para, pensa e diz que poderia agir de maneira diferente, às vezes você se excede até mesmo por problema emocional.

Participante: Um mau atendimento na rua, por exemplo, grosseiro. Ou talvez, até aquela questão de não saber encaminhar aquela ocorrência para que ela tenha um melhor fim, você acaba complicando mais.

Moderador: Como é que aprende a ser um bom policial na teoria ou na prática? Ou com a teoria e com a prática?

Participante: Eu penso que a prática, na atividade fim, assim, ela é importantíssima, mas você tem que ter esse embasamento teórico para você poder conciliar as duas coisas. (PINTO, 2005, p. 27).

Assim, não se pode deixar de considerar que o homem, as sociedades, as civilizações, têm no conhecimento seu grande diferencial, e esse conhecimento é que “propicia a elevação cultural, técnica e científica. É o conhecimento o grande portal à qualificação pessoal e coletiva, distinguindo indivíduos e sociedades, assegurando o impulso civilizador da espécie humana.” (VIEIRA, 2006, p. 14).

Vale ressaltar que a educação deve ser compreendida como um processo de socialização dos indivíduos de cada cultura, tudo o que se aprende em uma determinada comunidade faz parte do processo educativo, formando a identidade de cada pessoa em um processo de interação entre indivíduos e o meio em que se encontram inseridos.

[...]

A educação desempenha importante papel na sociedade, mesmo que não esteja vinculada a uma instituição de ensino (educação formal), dentro de uma determinada comunidade por meio dos pais ou parentes (educação informal) e auxilia na formação da identidade de cada pessoa, de acordo com a cultura, crenças e costumes de determinado povo. (SANTOS, 2007, p. 25-26).

Desta forma, a Polícia Militar do Paraná merece uma forma eficaz e eficiente no treinamento de seus agentes. Em virtude disso, nas sociedades contemporâneas, a educação à distância aparece cada vez mais como uma modalidade de ensino extremamente adequada e desejável para atender demandas decorrentes de mudanças na nova ordem econômica/social/política mundial. Conseqüentemente, há a necessidade de adequar a modalidade de ensino que hoje ainda é utilizada, ou complementá-la, com a implementação de novas tecnologias de aprendizagem, que

possibilite a constante aquisição de conhecimento exigida aos policiais militares do Paraná.

Em uma época em que podemos saber instantaneamente o que está ocorrendo no mundo, não faz sentido estudar em carteiras e aulas estáticas. O ensino à distância proporciona ao estudante o aproveitamento do que existe de mais precioso: O TEMPO.

[...]

Nos dias de hoje, nossas rotinas estão mais corridas, não temos tempo para nada e precisamos sempre estar atualizados, adquirir novos conhecimentos. A Educação a Distância - EAD, é a ferramenta perfeita para essa evolução. Não podemos ficar parados no tempo. Tenha sempre em mente que a Educação é uma só, com muitos rostos, métodos, recursos, ritmos, conteúdos e distâncias. Aproxime-se da Educação a Distância e tenha tempo para aprender mais!! (INED, 2011)

A Polícia Militar do Paraná passa por um período em que coexiste uma lacuna na manutenção do seu ensino, a qual poderia ser ocupada com um novo modelo de ensino, que abarcasse sem distinção e em totalidade os policiais militares, garantindo assim, além de tudo, uma padronização das instruções que alcançaria a todos, sem distinção de qualquer natureza. Um modelo que permitisse, por exemplo, o ensino por meio de "DVD", sendo que sua reprodução nos dias atuais não se torna um empecilho a ninguém. Isto já seria um instrumento inicial, que com vinculação à estrutura de intranet que as unidades da corporação já possuem, resultaria em uma inovação de ensino garantindo a manutenção do conhecimento do policial.

É inegável a contribuição das tecnologias da comunicação e informação para o processo educacional e, principalmente, para a educação a distância. O crescimento da modalidade de educação a distância tem possibilitado às instituições o investimento em soluções que ofereçam ao estudante a oportunidade de gerenciar o seu tempo e escolher o local dedicado à aprendizagem. (BRASIL, 2008, p. 37).

Pinto (2005, p.04), em um estudo sistematicamente desenvolvido, e disponibilizado pelo Ministério da Justiça, abarcando como tema as políticas de formação dos operadores de segurança pública e justiça criminal no Brasil, demonstrou alguns problemas e exigências na transmissão de conhecimento aos agentes da segurança pública, especificadamente nas polícias civis e militares, estudo que se desenvolveu por meio de pesquisas e entrevistas com os próprios policiais.

Neste mesmo foco, Pinto (2005, p. 25) descreve que "o modelo de ensino policial revelado na pesquisa é basicamente centralizado na sede da Escola, situada

nas capitais dos estados”, inexistindo quase que na sua totalidade um modelo de regionalização do ensino e outras atividades acadêmicas, ou que alcance os policiais do interior. E ainda assevera:

Isto acarreta um profundo sentimento de cisão entre teoria e prática, entre as pressões por eficiência e eficácia sofridas pelo pessoal operacional, em contraposição à capacitação exigida para um desempenho efetivo.

São recorrentes as reclamações contra a ausência de atividades de ensino em âmbito regionalizado e as dificuldades de acesso do servidor à capital. Quando há cursos, há dificuldades de liberação dos servidores em razão da elevada carga de trabalho. (PINTO, 2005, p. 26).

Percebe-se que é necessário um sistema de ensino complementar descentralizado, que proporcione de fato aos policiais militares do Paraná um ensino de qualidade, com eficácia e eficiência, saindo dessa base centralizada a qual não mais tem lugar na sociedade moderna, se enquadrando aqui, um modelo que alcance todo o efetivo e possibilite uma flexibilização quanto ao tempo despendido para o estudo. Essa centralização,

vem provocando fortes impactos na cultura policial, despertando para a necessidade de integração do saber policial, a necessidade de uma política de ensino e pesquisa que seja desconcentrada, capaz de fortalecer uma cultura afinada às matrizes. Esta é, portanto, uma tendência não apenas de quebrar o ciclo da concentração das infra-estruturas de ensino nas capitais, mas sobretudo desconstruir uma visão estritamente corporativa, integrando-a a saberes universais, produzidos interinstitucionalmente e a partir de uma concepção multidisciplinar. (PINTO, 2005, p. 26).

Não obstante a Corporação no Paraná tentar manter determinados cursos de atualização, o desenvolvimento de um modelo que propicie uma constante e permanente atualização, se mostra carente, colocando os policiais militares em um patamar estagnado na corrida por conhecimento, não acompanhando a evolução da sociedade.

A educação é, pois, um processo que, concomitantemente, utiliza e cria informação e conhecimento, renovando permanentemente as fontes que abastecem o desenvolvimento intelectual da humanidade. A qualidade da informação e do conhecimento gerado estabelece as bases para a competência da educação. Nos últimos anos se desenvolveram várias modalidades de educação, ampliando as formas de conhecimento correspondentes às mudanças que vêm ocorrendo na sociedade. A educação a distância é, pois, uma modalidade, uma alternativa de formação que rompe barreiras geográficas e de tempo, uma contribuição moderna e de larga utilização, para o processo educacional como um todo. (VIEIRA, 2006, p. 16).

O policial militar necessita dessa renovação permanente, desse desenvolvimento intelectual que acompanhe as novas tendências da sociedade, precisa ampliar suas formas de obter conhecimento, não só inerentes à normatização da própria polícia, mas também ao que concerne à convivência social, pois a nova sociedade exige do policial militar essa ampliação e contínua busca pelo conhecimento.

O que se aponta como dificuldade é a ausência de lastro numa teoria geral ou em um corpo teórico amplo e multidisciplinar que fundamente a compreensão e o tratamento da violência e da criminalidade, pelos operadores de segurança pública e justiça criminal, em toda a sua complexidade. Essa nova formação deve envolver elementos das várias áreas do saber, além de um referencial ético-filosófico e técnico. Neste sentido, a definição de marcos técnicos é condição fundamental para o êxito da pretensão de recomendar-se alternativas de aprimoramento desse processo de valorização e formação dos operadores. (PINTO, 2005, p. 07-08).

Os conceitos sociais vêm se modificando, a moral e a ética começam a serem prezadas mais que tudo, a sociedade pede por paz, justiça, afeto, por harmonia e dignidade. Essa visão social deve ser alcançada pela Administração Pública, sobretudo pelos agentes da segurança pública, policiais militares, servindo de base exemplar a toda comunidade, sendo que a resposta para isso está na aquisição permanente de conhecimento.

Ao tratarmos das dificuldades do próprio aluno para a implantação de uma política de formação que tenha os parâmetros da construção jurídico-política atual, isto é, fundado nos pilares da cidadania e dos direitos humanos, queremos ressaltar a dificuldade de tratar com pessoas que muitas vezes são aprovadas em concursos públicos para o ingresso na polícia, mas que trazem uma visão deturpada do ser e do fazer policial, uma imagem da qual a instituição polícia busca livrar-se. (PINTO, 2005, p. 85).

A etapa no curso de formação dos policiais militares, corretamente aplicada de forma presencial, tem a necessidade de ser complementada no decorrer da carreira policial de uma forma contínua, criando um paralelo proporcional com a aquisição do conhecimento teórico/Psicossocial que deve ser sempre desenvolvido com fundamento em preceitos éticos e morais, possibilitando dentre outros resultados, por exemplo, a primazia na solução pacífica dos conflitos.

3.3.2 Necessidade de uso do novo instrumento de ensino

O presente já é passado, a novidade não é mais tão nova assim, a sociedade modifica seus conceitos quase que diariamente, a tecnologia sempre está moderna, e o ser humano necessita se adaptar a essa realidade. Esse pensamento fez com que o ensino à distância surgisse fortemente nos últimos anos, trazendo consigo a idéia da democratização do conhecimento. Essa modalidade já se mostra como uma forma eficaz e eficiente no exercício intelectual.

A Polícia Militar do Paraná está carente de desenvolvimento de projetos de ensino para a aquisição de conhecimento dos policiais, sejam projetos já existentes como a Rede Nacional de Ensino à Distância implementada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, como já citada, sejam projetos estaduais ou regionais, mas que busquem essa integração com o mundo dinâmico, independentemente dos locais onde se encontrem os policiais militares, coexistindo com o ensino presencial.

Em um país como o Brasil, onde os níveis de escolaridade são desiguais, a Educação a Distância – EAD - mostra-se como valioso meio de diminuir as distâncias geográficas e propiciar transformações sociais e econômicas através do crescimento do nível de escolaridade da população. (CAMPOS; COSTA; SANTOS, 2007, p. 05).

Destaca-se que o ensino à distância, trabalha de uma forma não exclusiva, sendo um processo complementar à modalidade presencial, podendo prestar auxílio “na introdução de novos instrumentos tecnológicos para o acompanhamento dos alunos em sua ação prática, em serviço. Seus materiais instrucionais poderão igualmente ser de grande utilidade na educação presencial.” (NUNES, 1993-1994).

Para Lorenzo Garcia Aretio (1995), o Ensino à Distância distingue-se da modalidade de ensino presencial por ser

um sistema tecnológico de comunicação bidirecional, que pode ser massivo e que substitui a interação pessoal na sala de aula entre professor e aluno como meio preferencial de ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e o apoio de uma organização que propiciam uma aprendizagem independente e flexível.

A instituição da Polícia Militar do Paraná sofre com sua difusão de ensino, pois seu modelo é centralizado e presencial, dificultando a transmissão de conhecimento aos seus policiais, logo, tendo em vista que sua estrutura

de ensino está centralizada em Curitiba, isto sempre gerou preocupação por parte daqueles que vivem no interior do Estado. Assim, se um policial militar que se encontra no interior pretender aprimorar ou reciclar seus

conhecimentos por meio da instituição deve sempre se deslocar à capital do Estado. Isto causa sempre desconforto aos policiais interioranos, que por vezes deixam suas vidas particulares em segundo plano para se dedicarem aos anseios próprios, é bem verdade, mas, também anseios da corporação que sempre deseja servidores bem formados e preparados profissionalmente. (BONATTO *et al.*, 2008, p. 05).

Desta forma, a problemática também se dissipa geograficamente, tendo em vista que os policiais que trabalham em destacamentos localizados em cidades do interior do Paraná acabam se deparando com a impossibilidade de enaltecer seu conhecimento, deixando de buscarem a capacitação e atualização que lhes são exigidas.

O fato de a PMPR possuir policiais por todos os municípios do Estado dificulta a interação e a difusão do conhecimento aos seus integrantes. Por outro lado o desenvolvimento de tecnologias interativas que possibilitam contato em tempo real entre locais espalhados geograficamente começam a surgir dentro da instituição, o que pode possibilitar uma maior interação entre os membros da PMPR, além de se mostrar uma ferramenta muito importante. É o caso da intranet que é muito utilizada para divulgar as notícias, normas, avisos e atos do comando da corporação. (BONATTO *et al.*, 2008, p. 04).

O ensino à distância começa a se transformar na solução para o problema das barreiras geográficas, possibilitando a interação dos policiais diretamente das suas cidades, evitando o seu deslocamento e ausência do trabalho, o que moveria toda uma corporação para a adaptação de escalas. A descentralização da educação fará com que o conhecimento possa se difundir nas distantes localidades do Estado, o que se reverterá em otimização de recursos e capacitação dos servidores. (MULLER, 2010, p. 130).

Além disso, o fato de ser a distância facilita a participação dos servidores e a liberação por parte dos gestores, sem maiores prejuízos para o andamento dos setores, bem como, aumenta a abrangência do curso em termos de quantidade de alunos atendidos e sem deslocamento, otimizando os recursos investidos. (ARANTES; SOUZA, 2010, p. 107).

O próprio Ministério da Justiça por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública criou a Rede Nacional de Educação à Distância, explicando que é necessária essa modalidade de ensino pelas dificuldades que o Estado se encontra, asseverando que os métodos tradicionalmente utilizados de capacitação “exclusivamente presenciais - dadas as restrições de custo, tempo, distância e disponibilidade, já não atendem aos desafios educacionais e de treinamento da área de segurança pública brasileira.” (BRASIL, 2011).

Todavia, não basta pensar num ensino à distância que propicie o atendimento a uma população geograficamente distante, torna-se fundamentalmente necessário que essa modalidade seja a representação e a manifestação clara de uma Educação que prime pelo processo formativo do próprio Ser humano.

Ainda esclarecendo quanto às dificuldades que não param, o Ministério da Justiça diz que devido aos

elevados custos, diretos e indiretos, associados aos deslocamentos e hospedagens, e as dificuldades relacionadas aos afastamentos dos locais de trabalho para participação em cursos presenciais, restringem de forma dramática o acesso à educação a um grupo muito reduzido de pessoas. (BRASIL, 2011).

Logo, a educação à distância torna-se um aliado às instituições pública de segurança pública, permitindo não apenas uma grande obtenção de ganhos em eficiência e eficácia, mas vai mais longe, e permite também uma redução de custos, uma qualidade ainda maior em processos de treinamento de grandes massas de alunos, o que se dá “através de processos de definição de conteúdos elaborados por equipes multidisciplinares altamente qualificadas a custo relativo baixo.” (NUNES, 1993-1994).

Verifica-se, assim, que além de transtornos causados pela localização dos efetivos, distribuídos em regiões geograficamente distantes dos centros de ensino, o tempo demasiadamente despendido pelo policial, as complicações no que concerne às escalas para possibilitar o afastamento do policial militar, existe ainda o alto custo com despesas de deslocamento e hospedagem, que devem ser consideradas.

Entre as vantagens, está a alta economia em escala como uma das principais, a eliminação de barreiras geográficas, a flexibilidade de horário e a padronização do ensino favorecem o desenvolvimento da aprendizagem permanente. Como desvantagens, destacam-se: o preconceito, a falta de reconhecimento ou de credibilidade dos cursos a distância. Isso se configura até hoje nos segmentos envolvidos na capacitação. Muitos alunos ingressam no curso com o pressuposto de facilidade. (ARANTES; SOUZA, 2010, p. 111)

A interação e a difusão do conhecimento estão prejudicadas pelo fator distância e localização geográfica que os integrantes da PMPR se encontram. Todavia, o desenvolvimento tecnológico vem quebrando essas barreiras, colocando os agentes da segurança pública em um mundo virtual, que possibilita, em tempo real, manter contato, seja qual for sua localização.

Esse sistema já algum tempo vem sendo utilizado na PMPR, o que propicia uma melhor interação entre seus membros, se mostrando uma ferramenta muito importante. Assim é a internet, muita utilizada na divulgação de normas, avisos, notícias e atos do comando da corporação.

Outro grande problema que poderia ser resolvido com a modalidade à distância, é quanto à padronização das instruções aplicadas aos policiais militares do Paraná, tendo em vista que em toda unidade ou subunidade, os seus responsáveis acabam estabelecendo metodologias próprias, com subsídios para a aplicação da instrução em conteúdos diversos, causando uma ruptura na adoção de técnicas e táticas que acabam sendo distintas das demais unidades e subunidade.

Como mencionado, alguns profissionais, policiais militares, acabam conseguindo realizar estudos técnico-científicos fora do Brasil, o que lhes tornam uma referência dentro e fora da instituição. Porém, essa aquisição do conhecimento, fica quase que toda centralizada nesse profissional, a instituição não consegue disponibilizar meios, para que esse potencial sirva a todos e de modo uniforme, tropeçando nos custos elevados para reunir o efetivo em sua totalidade para atualizações ou, na impossibilidade de dispor de instrutores, para que de forma presencial repasse o conhecimento adquirido nas diversas localidades do Paraná.

Conforme assevera Cruz (2001),

O material disponibilizado para o ensino e instrução poderia ser disponibilizado em CD-ROM, DVD aliado a outros meios on-line, tais como salas de bate-papo, com instrutores dirimindo dúvidas (modelo hoje utilizado pela Marinha do Brasil). Assim, as tecnologias podem assumir muitas das funções do corpo docente e liberá-lo para novos modos de assistência aos alunos, bem como pode incrementar o processo comunicacional.

Sartori (2002) explica que com a ajuda das novas tecnologias o ensino à distância se potencializa, pois poderá trabalhar como aliado e integrando a educação à distância, as ferramentas de busca na internet, o correio eletrônico, teleconferências, videoconferências, fóruns e listas de discussão, entre outros.

Em conjunto com estas tecnologias, no entanto, convivem outras já muito conhecidas entre educadores. O material impresso serviu, e ainda serve, de base para este modelo educacional. Junto com jornais, revistas, apostilas, cadernos didáticos, fascículos, guias de estudo, cadernos pedagógicos, encontramos fitas de vídeo, fitas de áudio etc. Precisam ser acrescidos a esta lista os meios de comunicação de massa, o rádio, a televisão e o cinema. A EaD utiliza toda e qualquer mídia que sirva de agente mediador, que possibilite a comunicação entre estudantes, corpo docente e administração. (SARTORI, 2002).

Para melhor entender o processo de aprendizagem, Ferrés (1996) ensina que aprendemos: 1% por meio do gosto, 1,5% pelo tato, 3,5% olfato, 11% ouvido e 83% por meio da visão; afirma ainda que os estudantes memorizam 10% do que lêem, 20% do que escutam, 30% do que vêem, 50% do que vêem e escutam e que, em métodos de ensino que utilizam estratégias orais e visuais conjuntamente, os estudantes são capazes de uma retenção mnemônica de 85% após três horas e 65% após três dias.

Na verificação destes dados, pode-se inferir que o grau de aprendizagem depende diretamente dos órgãos do sentido envolvidos no processo. Combinando-se estratégias que utilizem dois ou mais órgãos, a aprendizagem será muito maior e mais eficiente. Nesta perspectiva, unindo-se à linguagem auditiva e à linguagem visual se tem a linguagem audiovisual, uma linguagem que, se bem utilizada, resultará num alto índice de aprendizagem.

No campo da educação produziu-se uma revolução didático-pedagógica a partir do uso freqüente da dimensão tempo-espaço virtual. Fortalece e se desenvolve a educação a distância, ou seja, em pontos espacialmente distintos obtêm-se a interatividade instantânea, uma presencialidade virtual e imediata. (VIEIRA, 2006, p. 18).

Pelo já exposto, é que se verifica plausível o EaD. A idéia é utilizar o ensino com base em vídeo-aulas, tendo o suporte de computadores e da rede intranet da Polícia Militar do Paraná, o que se identifica como e-learning, que hoje se encontra disponível na totalidade das unidades tanto da capital como do interior. "A Educação a Distância oferece a oportunidade de incorporar o estudo ao trabalho possibilitando a interação das pessoas no ambiente de trabalho da organização." (ARANTES; SOUZA, 2010, p. 111).

As novas tecnologias proporcionaram à humanidade o acesso à comunicação universal, as informações são transmitidas em tempo real de qualquer lugar do mundo e é possível interagir com grupos de discussões, trocar informações e conhecimentos sem limites de distância ou tempo. (SANTOS, 2007, p. 40).

Segundo Leal e Amaral (2004), e-learning pode ser definido como um procedimento em que o aluno, no caso policial militar, instrui-se por meio de materiais "colocados no computador e/ou Internet e em que o professor, se existir, está a distância utilizando a Internet como meio de comunicação (síncrono ou assíncrono), podendo existir sessões presenciais intermédias."

Almeida (2003) destaca a importância de um sistema híbrido:

Também denominado e-learning híbrido, pode englobar autoformação assíncrona, interações síncronas em ambientes virtuais, encontros ou aulas e conferências presenciais, outras dinâmicas usuais de aprendizagem e diversos meios de suporte à formação, tanto digitais como outros mais convencionais. (ALMEIDA, 2003).

Isto demonstra que a EaD não é contraposição ao ensino presencial, mas sim um aliado deste, na difusão e democratização do ensino e da instrução, sendo em muitos casos até mesmo mais eficaz e eficiente.

Dados do Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância, apontam que a educação a distância é a modalidade educacional que mais tem se preocupado “com metodologias e seu contínuo aperfeiçoamento, passando por inúmeras etapas, cada qual ajustada ao seu tempo e seu universo de alunos.” (PALHARES, 2005, p. 11).

A utilização de novas tecnologias aplicadas à educação, notadamente a televisão por satélite e a rede internet, proporcionam a disseminação do conhecimento para contingentes cada vez maiores, com redução de custos na medida em que cresce o número de participantes no aprendizado justificando, plenamente, o investimento inicial com equipamentos, redes de comunicação e desenvolvimento de conteúdos. (BRASIL, 2011).

[...] a Educação a Distância (EaD) mediada pelo computador apresenta-se como uma modalidade de ensino e aprendizagem capaz de estimular as habilidades e competências dos aprendizes de forma tão eficaz quanto o ensino tradicional. A utilização dos instrumentos disponíveis por meio da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) passa a desempenhar um papel fundamental para viabilizar a junção entre os estilos de aprendizagem e a EaD. (KALATZIS; BELHOT, 2008, p. 01).

Quanto à TIC, Tecnologia de Informação e Comunicação citada, Kalatzis e Belhot (2008, p. 07) explicam que

constitui o conjunto de recursos tecnológicos e computacionais para a geração e uso da informação, a qual abrange desde as redes de computadores, às centrais telefônicas inteligentes, fibra óptica e comunicação por satélite, sem fio ou pervasiva. Os componentes essenciais da TI estão fundamentados no hardware e seus dispositivos e periféricos, no software e seus recursos, nos sistemas de telecomunicação, bem como na gestão de dados e informação.

O Ministério da Justiça visando a essa nova tecnologia da educação à distância e as dificuldades na atualização e aperfeiçoamento dos agentes da

segurança pública, implementou um projeto nacional de ensino à distância, como já citado, sendo um exemplo que ajuda a Polícia Militar.

O Governo Federal com vistas a difundir o conhecimento em Segurança Pública e torná-lo acessível e democrático atingindo de forma eficaz e efetiva todos os profissionais que atuam nesse segmento vislumbra a Educação a Distância como uma importante ferramenta. (BRASIL, 2007, p. 16).

O governo do Paraná também iniciou um projeto e estudo para capacitação de seus funcionários, visualizando a modalidade à distância como estratégia para alcançar servidores que se localizam em áreas remotas.

No âmbito de atuação da Escola de Governo, uma das questões prementes é a descentralização das ações de capacitação, ou seja, como capacitar os servidores públicos de todo o Estado, especialmente os que vivem em áreas remotas? Uma das alternativas para a capacitação desses profissionais é a modalidade de educação a distância (EAD), que ocupa uma posição instrumental estratégica para as amplas e diversificadas necessidades de qualificação profissional, combinando tecnologias modernas e convencionais que possibilitam o ensino individual ou em grupo, nos locais de trabalho ou fora dele, com métodos de orientação e tutoria a distância, muitas vezes mesclado com a educação presencial (blended learning). (MULLER, 2010, p. 129).

Conforme demonstra Muller (2010, p. 143), esse projeto do governo do Paraná já foi bem sucedido, recebendo excelentes avaliações e tendo uma superação nas expectativas iniciais, o que finalizou por aprovar o modelo de educação à distância para servidores públicos do Estado.

De acordo com as avaliações, o Programa de Capacitação para a Educação a Distância 2007 superou as expectativas das equipes técnicas e gestores dos Centros de Formação e Desenvolvimento e, como resultado desse êxito, os cursos foram replicados em 2008, 2009 e 2010, para profissionais da Universidade Estadual de Londrina e para profissionais da Rede Nacional de Escolas de Governo. (MULLER, 2010, p. 143)

Outro grande exemplo que possibilitou a instrução e atualização dos agentes públicos da segurança pública se deu em Cascavel, no Estado do Paraná, mais precisamente no 4º Grupamento de Bombeiros de Cascavel. Lá foi desenvolvido um sistema de educação à distância por meio da internet pelo Capitão Amarildo Ribeiro, o qual segundo Marcante (2011), “passou por um período experimental no ano de 2008, mas foi em 2009 que se estendeu a um número maior de pessoas, sendo efetivado.”

O EaD é um Sistema de Ensino à distância que tem como objetivo possibilitar a manutenção da instrução e atualização profissional dos Bombeiros Militares e Agentes de Defesa Civil, que utiliza o software de ensino à distância conhecido como MOODLE (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment), conhecido e utilizado mundialmente na formação e ensino à distância, que é a plataforma utilizada para funcionamento do PAI – Plano Anual de Instrução. (CASCAVEL, 2010, p. 03).

E aqui não se pode deixar de citar partes da entrevista dada a Rafael Marcante do Jornal Gazeta do Paraná - CGN NOTÍCIAS, em que o entrevistado, Capitão do Corpo de Bombeiros de Cascavel, Amarildo Ribeiro e o Sargento Edemar Marcon, sobre o projeto mencionado e já implementado em Cascavel. O Capitão Amarildo Ribeiro esclarece quanto à dificuldade das distâncias e quanto a custo do sistema de ensino à distância:

Nós tínhamos uma dificuldade de atingir o nosso pessoal devido à grande diversidade de postos, distância. Muitas vezes o oficial ou o sargento chegava para fazer a instrução e tocava a sirene e essa instrução ficava adiada para um próximo dia, então havia bastante dificuldade.

[...]

O custo é praticamente zero, afinal nós já temos aqui nosso servidor de página que é o mesmo que hospeda o nosso site, a ferramenta de ensino à distância ela é gratuita, então só baixamos e instalamos e o material praticamente não há custo nenhum porque é disponibilizado digital então não há impressão de material. (MARCANTE, 2011).

Na mesma entrevista dada ao Jornal Gazeta, o Sargento Edemar Marcon há 25 anos servindo no Corpo de Bombeiros, conta sobre suas próprias dificuldades com o tempo em participar de cursos e que foram resolvidas com a modalidade de ensino à distância:

Na minha atividade do dia-a-dia, muitas vezes o horário não dá, então eu faço em casa, à noite, no final de semana, sempre estou constantemente acessando em casa. Isso é de grande utilidade, porque mesmo eu estando no horário de descanso eu estou me atualizando na minha profissão. (MARCANTE, 2011).

O Capitão Amarildo Ribeiro ainda declara quanto a acertada modalidade de ensino à distância, como meio de capacitação e aperfeiçoamento dos bombeiros militares, que o 4º Grupamento criou:

O projeto de educação a distância implantado pelo 4º Grupamento de Bombeiros aqui de Cascavel deu tão certo que as inscrições dos interessados em fazer os cursos vieram até mesmo de outros estados.

Nós temos hoje dois policiais de Goiás que fazem o curso utilizando a nossa plataforma e também um bombeiro militar de Rondônia que também conheceu a ferramenta, ouviu falar, nos procurou e nós abrimos para ele. Nem conhecemos pessoalmente esse bombeiro, mas abrimos a

possibilidade para que ele fizesse o curso e com a idéia de também levar para Rondônia essa tecnologia. (MARCANTE, 2011).

E finaliza o Capitão:

Quanto mais capacitado for o nosso pessoal, melhor será o resultado que a população vai ter. Então vai ter um profissional de qualidade e isso só é conseguido hoje através do conhecimento. Nosso objetivo é levar conhecimento ao nosso profissional para que nós possamos oferecer um serviço cada vez com maior qualidade. (MARCANTE, 2011).

Desta forma, nota-se a importância da modalidade de ensino à distância, como meio de manter os agentes em constante e permanente atualização, contornando os problemas de tempo, distância e custos. O exemplo citado coloca a realidade que hoje se vive, seja nos bombeiros militares, seja na Polícia Militar do Paraná, mostrando que quando se quer se faz.

Esse exemplo do 4º Grupamento de Bombeiros de Cascavel demonstra que o conhecimento deve estar em constante desenvolvimento, atualização, ficando claro que mesmo setores tão técnicos e práticos da sociedade, como são os bombeiros, requerendo treinamentos essencialmente presenciais pode, disponibilizar instrumentos que engrandeça não só o conhecimento prático, mas também o intelecto de seus agentes.

No mesmo sentido, Nunes (1993-1994), em seu trabalho Noções de educação à distância, para a Revista Educação à Distância, leciona que a formação e capacitação profissional na realidade moderna em que se vive, não pode mais ficar adstrita à tradicional educação presencial/formal, devendo ser dado abrigo aos projetos de aprendizagem à distância para a aquisição de conhecimento,

não há dúvidas quanto à eficácia e pertinência de projetos de educação a distância neste campo fundamental da existência social. Ao contrário, é justamente por este caminho que a educação a distância começou a trilhar seu desenvolvimento. Tanto em nível da formação profissional básica quanto em níveis universitários, a educação a distância tem demonstrado ser uma modalidade com grandes potencialidades, ainda mais por ser um meio de educação de massa. (NUNES, 1993-1994).

Ainda descreve que devido às novas tecnologias de informática e telecomunicações, avanços surpreendentes foram realizados nos processos de capacitação, os quais possibilitaram procedimentos que oportunizam treinamentos autônomos e independentes apenas com ajuda de um computador, assim como treinamentos à distância. "Caso notório são os procedimentos adotados pelas

grandes companhias aéreas e setores das Forças Armadas, com a utilização de simuladores e bancos de dados interativos.” (NUNES, 1993-1994).

Logo, a democratização do ensino, por meio da modalidade à distância, também deve recair sobre os profissionais da Polícia Militar do Paraná, servindo como uma arma eficaz e eficiente na aquisição do conhecimento, tendo a possibilidade de utilização na preparação do policial para as atividades de rua, visualizando, deste modo, um policial mais preparado, em um tempo menor e com qualidade. Esse também é o fundamento do Projeto EaD da Secretaria Nacional de Segurança Pública:

O Projeto EAD SENASP/ANP destina-se a contribuir com a formação e a capacitação continuada, humana e profissional, das pessoas envolvidas na implementação das Políticas Públicas de Segurança nas esferas federal, estadual e municipal de todo o país.

Em um primeiro momento o projeto foi estruturado para atender as instituições participantes e construtoras do processo de integração, a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Técnica, o Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.

O projeto é uma inovação na política de formação dos operadores de segurança pública. É um projeto e bastante complexo e difícil de implementar. (BRASIL, 2007, p. 17).

Todavia, apenas a implementação não é algo suficiente, o projeto deveria ser desenvolvido e fiscalizado pelos órgãos federais e estaduais, para que realmente seu funcionamento alcançasse a sua finalidade de formar e capacitar policiais para a nova realidade política/social.

EaD mostra-se como um ambiente propício para esses jovens que já nasceram conectados, bem como para aqueles que procuram ter um novo perfil profissional e pessoal. O aprendiz pode mapear seus caminhos através das constantes mudanças no panorama do conhecimento através do resultado orientado, do aprendizado auto-regulado, em que o propósito é negociado e múltiplas perspectivas são encorajadas. (KALATZIS; BELHOT, 2008, p. 08).

Já na década de 90 Nunes (1993-1994) comentava sobre a nova modalidade de ensino, descrevia que os serviços públicos já necessitam de um método de aprendizagem que fornecesse formação e atualização profissional em “quantidade e com características de dispersão geográfica” exigindo assim “a implantação de sistemas adaptados de educação a distância que atendam aos reclamos da população por melhores e mais ágeis serviços públicos de qualidade.” (NUNES, 1993-1994).

A introdução cada vez maior de elementos tecnológicos e científicos nos mais variados campos da ação humana, incluindo-se o serviço público, exige a atualização de procedimentos de trabalho em velocidade que o ensino formal não consegue acompanhar. (NUNES, 1993-1994).

A aprendizagem à distância, pela rede mundial de computadores, é a idéia mais valiosa e eficaz de conseguir alcançar progressos e acabar com a desigualdade do ensino nas instituições públicas, pois o conhecimento pode chegar nas mais longínquas cidades do interior do Paraná, que necessitam também como as grandes capitais, de segurança pública.

Os recursos tecnológicos disponíveis possibilitam ambientes de ensino virtuais agradáveis que favorecem a troca de idéias, o compartilhamento de experiências, a inclusão de biblioteca, uso do bate-papo (chat), permuta de mensagens eletrônicas e realização de fóruns (conferência). Nesta vertente, cabe ressaltar que a aprendizagem on-line deve enfatizar a interação, cooperação (colaboração) e a construção do conhecimento, ou seja, o discente passa a ser indivíduo ativo na edificação do seu saber e do grupo ao qual pertence. (ARAÚJO, 2011).

Tendo em vista essas dificuldades sejam elas de distâncias ou tempo, apenas a tecnologia poderá facilitar e resolver tais conflitos. Desta forma, de um modo geral, o ensino à distância se torna a ferramenta número um no combate aos problemas citados, sendo que ela abrange

formas de estudo nas quais as ações dos estudantes e as ações dos professores ocorrem de forma assíncrona, objetivando minimizar custos, superar problemas de escala, possibilitar o acesso à educação a pessoas que residem distante do provedor de ensino ou que, por outro motivo, não possam freqüentar uma escola e, também, pessoas interessadas em metodologias de aprendizagem sintonizadas com as novas exigências corporativas (SARTORI, 2002).

Logo, deve-se destacar o entendimento de Vieira (2006, p. 15), o qual argumenta que a formação intelectual de um agente ligado a determinada trabalho que envolve toda uma especialização, como é a segurança pública, será sempre o fruto do correto processamento de informações, sendo que o “domínio do conhecimento e da informação é uma das características mais marcantes da sociedade pós-moderna.” (VIEIRA, 2006, p. 15).

Nesse enfoque, a educação à distância mostra-se um instrumento hábil a minimizar os problemas na complementação ao curso de formação dos policiais militares, na busca de um permanente e contínuo aperfeiçoamento, para que só desta forma as deficiências temporais e geográficas sejam superados na instituição

da Polícia Militar do Paraná, podendo ser produzida uma padronização que alcance todo o efetivo do Estado.

4 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica sobre a origem e evolução histórica das ferramentas de ensino à distância utilizada, tanto dentro como fora da organização, da legislação e diretrizes que embasam o objeto trabalhado.

Tais instrumentos foram direcionados a dar uma visão sobre as possibilidades de utilização dessas ferramentas na Polícia Militar do Paraná, a fim de que se clarifiquem as dificuldades e oportunidades da Corporação para a manutenção de uma política de ensino capaz de acompanhar a evolução cada vez mais rápida, seja quanto à evolução das ferramentas, quanto às constantes mudanças de técnicas e táticas utilizadas pelos integrantes da Polícia Militar, os quais devem estar sempre atualizados, bem como sobre o modelo mais adequado às necessidades da Corporação.

Finalmente, foram analisados os benefícios para a Corporação com o redirecionamento da política de ensino, voltados à utilização do Ensino à Distância como forma de capacitação continuada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o decorrer dos tempos, a sociedade se viu provocada por um sistema global que a fez reagir e se inserir no momento em que vive. O mundo está multidisciplinar, as informações a serem filtradas e assimiladas são de proporções gigantescas, a tecnologia tomou conta de tudo, os seres humanos alteraram seus conceitos, nova linguagem e novas interpretações se manifestam todos os dias, princípios sociais e éticos transpassaram barreiras e estão sendo clamados pela comunidade. Dentre outros, esses são fundamentos da nova roupagem do mundo atual.

Esta nova realidade requer uma contínua e permanente atualização e aperfeiçoamento, resumidos em conhecimento, de todos os indivíduos que nela convivem, só assim se conseguirá trilhar o caminho do desenvolvimento. De outra forma, desatualizados, com falta de capacitação, não serão absorvidos pela atual conjuntura moderna.

Desta forma, o conhecimento é a chave para que haja o acompanhamento desse desenvolvimento desenfreado, atualizações e aperfeiçoamentos são premissas basilares que não podem faltar a qualquer profissional hoje, seja qual for a sua área de atuação, em especial da segurança pública.

Logo, os Policiais Militares do Paraná devem desenvolver a manutenção permanente dos conhecimentos adquiridos quando dos cursos de formação, transformando a aquisição do conhecimento em um contínuo caminho a percorrer ao longo de sua vida profissional.

Todavia, essa conservação do conhecimento enfrenta algumas barreiras na Polícia Militar do Paraná. Devido ao sistema centralizado de ensino, alguns policiais vêm sendo prejudicado ao longo do tempo. A localização geográfica faz com que o efetivo tenha que se mobilizar em escalas para que só assim ocorra o deslocamento, quando possível, de parte do efetivo aos centros de ensino. Isso resulta em tempo despendido, custos com o próprio deslocamento e hospedagem, obstaculizando a aquisição contínua de conhecimento, seja na forma de atualização ou aperfeiçoamento.

Entretanto, novas tecnologias foram criadas, ferramentas visando manter a capacitação continuada de forma a reduzir custos, transpor barreiras de

tempo/espaco e padronizando o ensino, estão inseridas no novo contexto. Assim é a nova ferramenta tecnológica do ensino à distância.

O ensino à distância é a nova ferramenta que a Polícia Militar do Paraná poderá utilizar para conseguir acompanhar todas essas exigências da sociedade, visando manter a capacitação de seus efetivos sem ocorrer o deslocamento em massa para os grandes centros, podendo atender a todas as localidades seja qual for a região, obtendo redução de custos e a possível padronização do ensino, assim o democratizando a todos os policiais militares sem distinção de hierarquia e local em que trabalhem.

Por meio desse novo processo de capacitação continuada, policiais militares que detêm um nível de conhecimento adquirido em sua formação dentro e fora da instituição, considerados como referência em determinado assunto poderão ser melhor utilizados e democratizado esse conhecimento a toda a instituição. Atualmente esse conhecimento fica restrito às limitações geográficas de atuação e às limitações orçamentárias do Estado que não dispõe de recursos para mobilizar todo o efetivo para reciclagem.

Assim, conclui-se que as novas tecnologias estão à disposição de todos, e não seria diferente com a instituição da Polícia Militar do Paraná. Logo, o ensino à distância está à disposição da instituição como forma de manutenção contínua de um ensino padronizado, ou seja, da formação permanente do efetivo, trabalhando em paralelo com a forma presencial e acertada do curso de formação inicial dos novos policiais.

Uma contribuição que o ensino a distância pode dar a instituição, além é claro do já exposto, seria, e considero como a principal, melhorar a padronização do ensino e da instrução. Isto se daria por termos maior número de materiais escritos ou em vídeos sobre as diversas disciplinas, concentrados em um local ao acesso de todos os policiais militares, inclusive de outros instrutores que poderão dar também sua contribuição. Assim, a formação se tornaria mais uniforme, não só na disciplina como já acontece, mas principalmente no conteúdo.

Uma proposta de modelo a ser aplicada na instituição como forma de laboratório, seria o que já existe no 4º Grupamento de Bombeiros de Cascavel visando principalmente à especialização do policial militar, no entanto, além dos cursos em ciclos de estudo similares aos utilizados pela SENASP, onde o aluno estuda sozinho, independente, para a manutenção da instrução fundamental

considero viável um projeto em que as disciplinas sejam ministradas a distância sob a supervisão de um monitor, exemplificando no caso de um destacamento seria do sargento que após uma instrução básica para utilização da ferramenta possa acompanhar seu efetivo e direcionar as dúvidas para o instrutor/tutor.

Para as instruções fundamentais acompanhadas de um monitor, há de ser constado no Plano Anual de Instrução, sendo que deve existir um meio de cobrança de resultados através de uma breve avaliação para que haja acompanhamento da evolução individual de cada policial militar

Quanto à estrutura para o funcionamento do ensino a distância, nos grandes centros não existe essa preocupação, porém em cidades pequenas os destacamentos não possuem uma estrutura para que os policiais possam se reunir para receber a instrução, o que pode ser solucionado com um convênio com a Secretaria de Estado da Educação para utilização das salas do Paraná Digital, disponível em todos os Colégios Estaduais.

Para que seja viabilizada essa proposta, há de se reavaliar os valores pagos aos instrutores que venham a elaborar essas disciplinas, tendo em vista que uma aula no ensino à distância é mais trabalhosa que no ensino convencional. Deve-se criar a figura do instrutor/tutor responsável por acompanhar as atividades dos alunos, intervindo positivamente para que melhore seu desempenho, dirimir dúvidas da disciplina, mediar chats, fóruns de discussão e aplicar provas presenciais nos cursos.

Outro ponto importante que deve ser discutido é a motivação para o policial militar participar dos cursos disponibilizados, principalmente aqueles disponibilizados em ciclos de estudos, onde o aluno deverá ser mais autodidata, necessitando de maior disciplina e força de vontade para estudar, devendo por isso ser recompensado, seja através de um diploma de formação num primeiro momento, seja validando esses cursos como pré-requisitos para ascensão na carreira.

Considera-se que é viável trabalhar o ensino a distância na instrução de manutenção e em ciclos de estudos simultaneamente, sendo que cada modelo de instrução visa atender uma necessidade, no entanto qualquer proposta deve ser discutida com o público interno, representados pelos Comandantes de Unidades e Instrutores, para que se consiga o máximo de consenso sobre o assunto, pois um policial militar melhor preparado é de interesse não só da instituição, como de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. **Tecnologia e educação a distância: Abordagens e Contribuições dos Ambientes Digitais e Interativos de Aprendizagem.** Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 26ª reunião anual, out. 2003. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/mariaelizabethalmeida.rtf> Acesso em: 01 abr. 2011.

ARANTES, Valéria de Cássia; SOUZA, Regina Márcia Brolesi de. Educação formal e continuada como estratégia de desenvolvimento de pessoas na Escola do Governo do Paraná. *In*: BROTTI, Maria Gorete; SOUZA, Regina Márcia Brolesi de. (orgs). **Escola de Governo do Paraná: Trajetória e Práticas Inovadoras.** Curitiba, Paraná: Imprensa Oficial do Estado do Paraná. 2010. Disponível em: <www.repositorio.seap.pr.gov.br/arquivos/File/livro_escola_de_governo.pdf> Acesso em: 19 jul. 2011.

ARETIO, Lorenzo Garcia. **Educación a distancia hoy.** UNED. Educación a distancia. Madrid, 1995.

BASEGGIO, Karina Roberta; MUNIZ, Eray Proença. **Autonomia do aluno de EaD no processo de ensino e de aprendizagem.** Disponível em: <http://www.ppgte.ct.utfpr.edu.br/revistas/tecsoc/rev08/05_ensino_distancia.pdf> Acesso em: 13 jul. 2011.

BELLONI, Maria Luiza. Educação a distância mais aprendizagem aberta; *In*: **Associação nacional de pós graduação e pesquisa em educação**, n. 21,1998, Caxambu.

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial.** São Paulo: USP, 2003.

BONATTO, S. J.; MARCHETTI, R.; NOVACH, J. O.; SOUZA, V. Uma Proposta Para Implantação de um Sistema de Instrução à Distância na PMPR. *In*: PEIXE, B. C. S.; HILGEMBERG, C. M. de A. T.; MELATTI, G. A.; BERTOLINI, G. R. F.; MACHADO, H. P. V. (Orgs.). **Gestão de Políticas Públicas no Paraná: Coletânea de Estudos.** Vol. 1. Curitiba: Progressiva, 2008.

BRASIL. **Decreto Federal nº 88.777, de 30 de setembro de 1983.** Aprova o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R200). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 outubro 1983. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D88777.htm> Acesso em: 24 abr. 2011.

BRASIL. **Decreto n. 5.622 de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dezembro 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm#art37> Acesso em: 1 abr. 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. PARECER CNE/CES Nº: 261/2007. Reexame do Parecer CNE/CES nº 67/2007, que trata do credenciamento especial, nos termos do art. 6º da Resolução CNE/CES nº 1/2001, da Academia Nacional de Polícia, para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu a distância. *In: Conselho Nacional da Educação.* Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces261_07.pdf> Acesso em: 17 jul. 2011.

BRASIL, Ministério da Justiça. Ensino à distância. *In: Secretaria Nacional de Segurança Pública: Formação e Capacitação.* Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJE9CFF814ITEMIDD9B26EB2E3CD49B79C0F613598BB5209PTBRIE.htm>> Acesso em: 11 jul. 2011.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Matriz Curricular Nacional.** Para ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública. Versão Modificada e Ampliada, Brasília: SENASP, 2008. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJE9CFF814ITEMID414D534CB317480A9995C6D049ED9190PTBRIE.htm>> Acesso em: 14 jul. 2011.

BRASIL, Ministério da Justiça. Portaria nº 1.821, de 13 de outubro de 2006. *In: Secretaria Nacional de Segurança Pública.* Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID={EE564E70-FF04-45E7-A32A-D4B79D5166E9}&ServiceInstUID={B78EA6CB-3FB8-4814-AEF6-31787003C745}>>> Acesso em: 12 jul. 2011.

BRASIL, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Vade Mecum da Segurança Pública.** Coord. ARAGON, Alexandre Augusto; Org/rev. Almeida, Léia. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2010. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={F1E28AF7-7BB3-4764-9CD5-3E6CF1779086}>>> Acesso em: 21 maio 2011.

BRODEUR, Jean-Paul. **Como reconhecer um bom policiamento.** São Paulo: Editora USP, 2002.

CAMPOS, Fernanda C. A.; COSTA, Rosa M. E.; SANTOS, Neide. **Fundamentos da educação a distância, mídias e ambientes virtuais.** Juiz de Fora: Editar, 2007.

CAMPOS, Fernanda Cláudia Alves. Formação de Professores a Distância: Construindo Projetos de Qualidade. *In: Formação de professores e políticas educacionais na América Latina e Caribe.* Revista Educação em Foco. Vol 12, n. 2. Juiz de Fora: Faculdade de Educação da UFJF. Set. 2007- fev. 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

CASCADEL, Corpo de Bombeiros de. **Tutorial de acesso ao sistema EaD.** 4º Grupamento de Bombeiros. Cascavel, Paraná: 2010. Disponível em: <<http://www.bombeiroscascavel.com.br/moodle/mod/resource/view.php?inpopup=true&id=685>> Acesso em: 20 jul. 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**, São Paulo: Atlas, 1998.

CRUZ, Dulce Márcia. **O professor midiático: a formação docente para a educação à distância no ambiente virtual da videoconferência**. 229 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: EFSC, 2001.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **O advento da nova organização**. Diálogo, Rio de Janeiro: 1988

FAZENDA, Ministério da. **ATO PORTARIA Nº 48**. 23 de janeiro de 2004. Dispõe sobre o Centro de Treinamento Virtual SIAFI. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/download/ato_portaria_48.pdf> Acesso em: 01 abr. 2011.

FERRÉS, Joan. **Vídeo e Educação**. 2. ed., Porto Alegre: Artes Médicas, 1996;

FORTUNATO, E.; RUSCHEINSKY, A. O ordenamento do espaço urbano e as políticas sócio-ambientais. **Revista eletrônica do mestrado em educação ambiental**. FURG: Rio Grande. v. 11, p. 35-40, jul./dez. 2003. Disponível em: <www.fisica.furg.br/mea/remea/vol11/artv11n4.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2011.

FORTUNE, Tom Stewart. **Brain power: How intellectual Capital Is Becoming America's Most Valuable Asset**. 1991. Disponível em: <<http://www.sveiby.com/articles/IntellectualCapital.html>> Acesso em: 1 abr. 2011.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma sociedade livre**. São Paulo: USP, 2003.

IGPM. **Manual básico de policiamento ostensivo**. Curitiba: 1988.

INED, Instituto Nacional de Educação a Distância. **O que é EAD**. Disponível em: <<http://www.institutonacional.com.br/>> Acesso em: 16 jul. 2011.

KALATZIS, Adriana Casale; BELHOT, Renato Vairo. Estilos de aprendizagem e educação a distância: perspectivas e contribuições. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 6-8 nov. 2008, Bauru. **Anais do XIII SIMPEP**. São Paulo: UNESP, 2006. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/600.pdf> Acesso em: 11 jul. 2011.

LEAL, D.; AMARAL, L. **Do ensino em sala ao e-Learning**. Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2004. Disponível em: <http://www.campusvirtual.uminho.pt/uploads/celda_av04.pdf> Acesso em: 24 abr. 2011.

LEVY, P. **Formas de construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

LIMA, Jamile de Moura; SILVA, Cláudia Virgínia A. Prazim da; PAIVA, Clotilde Miranda de. Autonomia em educação a distância: Relatos a partir da prática de tutoria na disciplina fundamentos psicológicos da educação em dois cursos de

licenciatura da UFPBVIRTUAL. In: **Congresso Internacional ABED de Educação a Distância**. ago. - set. 2010. Foz do Iguaçu. **16° CIAED**. Paraná, 2010. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2010/trabalhos.asp>> Acesso em: 15 jul. 2011.

LOPES, A. **Treinamento aplicado às organizações**. Rio de Janeiro: Atlas, 1978.

MANOEL, É. de O. **Policiaamentos ostensivos com ênfase no processo motorizado**. Curitiba: Optagraf, 2004.

MARCANTE, Rafael. Bombeiros são capacitados por meio de Educação a Distância. In: **Gazeta do Paraná**: CGN Notícias. Cascavel 21 Maio 2011. Disponível em:<<http://www.bombeiroscascavel.com.br/modules/news/article.php?storyid=400>> Acesso em: 20 jul. 2011.

MAROTO, Maria Lutgarda Mata. **Educação a distância**: aspectos conceituais. CEAD, vol. 2, n. 8, jul/set 1995. Rio de Janeiro: SENAI.

MARTINS, O. B.; POLAK, Y. N. de S. **Educação a Distância na UFPR**: novos cenários e novos caminhos. Curitiba: UFPR, 2001.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a distância**: uma visão integrada. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

MORAN, José Manuel. Propostas para melhorar nossa educação a distância. In: **Educação humanista inovadora**. 2010. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/propostasead.htm>> Acesso em: 21 jul. 2011.

MULLER, Claudia Cristina. Múltiplas mídias na formação e desenvolvimento dos servidores públicos: Do diagnóstico ao programa de capacitação para a educação a distância. In: BROTTI, Maria Gorete; SOUZA, Regina Márcia Brolesi de. (orgs). **Escola de Governo do Paraná**: Trajetória e Práticas Inovadoras. Curitiba, Paraná: Imprensa Oficial do Estado do Paraná. 2010. Disponível em: <www.repositorio.seap.pr.gov.br/arquivos/File/livro_escola_de_governo.pdf> Acesso em: 19 jul. 2011.

NUNES, Ivônio Barros. Noções de educação a distância. In: **Revista Educação a Distância**. Brasília, Instituto Nacional de Educação a Distância, n. 4/5, 1993-1994. Disponível em: <<http://www.rau-tu.unicamp.br/nou-rau/ead/document/?down=3&tid=11>>. Acesso em: 17 jul. 2011.

OLIVEIRA, E.G. **Educação a distância na transição paradigmática**. Campinas São Paulo: Papirus, 2003.

PALHARES, Roberto. A Educação a Distância, uma antiga, ilustre e ainda desconhecida modalidade de educação. In: **Anuário brasileiro estatístico de educação aberta e a distância** - 2005. (Coor) Sanchez, Fábio. 1. ed. São Paulo: Instituto Monitor, 2005. Disponível em: <<http://www.abraead.com.br/anuário/anuário2005.pdf>> Acesso em: 16 jul. 2011.

PARANÁ. **Lei Estadual 16575 - 28 de Setembro de 2010**. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=56275&codItemAto=436755#436755>> Acesso em: 16 jul. 2011.

PARANÁ, Polícia Militar do. **Diretriz 004/2000** – Diretriz de Planejamento e Emprego da PMPR. 3.^a Seção, Curitiba, 2000.

PARANÁ, Polícia Militar do. **Diretriz 007/2003**. Diretriz Anual de Instrução da PMPR. 3.^a Seção EM: Curitiba, 2003.

PARANÁ, Polícia Militar do. **Portaria do CG 236/2008**. Portaria de Ensino da PMPR. Diretoria de Ensino: Curitiba, 2008.

PINTO, João Batista Moreira. **Políticas de formação dos operadores de segurança pública e justiça criminal**. Belo Horizonte, Dez. 2005. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID={1F8928E3-184C-44A2-BCA3-7EFE071AD64A}&ServiceInstUID={B78EA6CB-3FB8-4814-AEF6-31787003C745}>> Acesso em: 21 jul. 2011.

RAMOS, Araceli Sebastian. **Las funciones docentes del professor de la UNED: programación y evaluación**. Madrid: ICE UNED, 1990.

SÁ, Ricardo Antunes de. **Educação à distância: estudo exploratório e analítico de curso de graduação na área de formação de professores**. 422 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=vtls000416443>> Acesso em: 15 jul.2011.

SANTOS, Gilberto Lacerda. **Meios e materiais para educação a distância**. Brasília: UNB, 2001.

SANTOS, Gilberto Lacerda. **Tecnologias para educação a distância**. Brasília: UNB, 2003.

SANTOS, Valter Joaquim. **Evasão no ensino à distância: formação continuada dos agentes de segurança pública**. Cáceres - Mato Grosso: Unemat, 2007.

SARTORI, Ademilde Silveira. Educação a Distância: novas práticas pedagógicas e as tecnologias da informação e da comunicação. In: **Revista do programa de pós-graduação em educação da universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC**. Vol 3, n. 2, 2002. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1192/1007>> Acesso em: 17 jul. 2011.

SEBASTIÁN RAMOS, Araceli. **Las funciones docentes del profesor de la UNED: programación y evaluación**. Madrid: ICE/UNED, 1990.

SOUSA, M. de F. G. de.; NUNES, I. B. **Fundamentos da educação a distância**. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

VIEIRA, Eleonora Milano Falcão. **Fluxo informacional como processo à construção de modelo de avaliação para implantação de cursos em educação a distância**. 184 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2010/06/Eleonora-Falcao.pdf>> Acesso em: 15 jul.2011.